

José Garcia Ferreira Duarte

**O "MILAGRE" ECONÔMICO BRASILEIRO: AS POLÍTICAS
ECONÔMICAS E SEUS RESULTADOS
(1968 - 1973)**

Fortaleza, Julho de 2001

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O "MILAGRE" ECONÔMICO BRASILEIRO: AS POLÍTICAS
ECONÔMICAS E SEUS RESULTADOS
(1968 - 1973)**

Aluno: José Garcia Ferreira Duarte

Orientadora: Maria Goretti Serpa Braga

Monografia submetida à coordenação do
Curso de Graduação em Economia da
Universidade Federal do Ceará, como parte
dos registros necessários à obtenção do título
de Bacharel em Ciências Econômicas.

Fortaleza - Ceará
2001

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos à obtenção da graduação em Ciências Econômicas, outorgada pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

JOSE GARCIA FERREIRA DUARTE

Monografia aprovada em 05/07 /2001

Média Final _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Maria Goretti Serpa Braga
Orientadora

Nota

Prof.^a Jacqueline Franco Cavalcante

Nota

Prof. Carlos Américo Leite Moreira

Nota

"Jamais poderemos ser suficientemente
gratos a Deus, nossos pais e nossos
mestres". ARISTÓTELES

AGRADECIMENTOS

À Deus por mais um objetivo conseguido em minha vida.

A professora Dr^a. Maria Goretti Serpa Braga pela orientação precisa e constante durante o desenvolvimento deste trabalho.

A minha família e, de um modo especial a meus pais, Júlio Duarte Ambrósio e Maria Ferreira Ambrósio, pelos enormes sacrifícios com que tiveram que deparar para educar seus filhos. Aos meus irmãos: Antônio Duarte, Maria auxiliadora, Maria das Graças e Maria Glauciete, pela amizade e compreensão e, aos meus sobrinhos, Elaine Cristina, Gustavo, Pablo e Túlio, pelos momentos de alegria.

Aos professores Jacqueline Franco Cavalcante e Carlos Américo Leite Moreira, por participarem da Banca Examinadora e por seus comentários para o melhoramento deste trabalho.

Enfim, agradeço a todos os meus amigos que de uma maneira direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

	página
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	2
O PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO – PAEG, AS REFORMAS QUE ANTECEDERAM AO “MILAGRE ECONÔMICO”.	2
1. A Reforma Bancária	5
2. A Reforma nos Tributos	6
3. A Reforma Cambial	7
4. Conclusões Preliminares	8
CAPÍTULO II	10
AS POLÍTICAS ECONÔMICAS DO “MILAGRE”: MONETÁRIA, FISCAL, CAMBIAL E SALARIAL	9
1. Política Monetária	15
2. Política Fiscal	20
3. Política Cambial	23
4. Política Salarial	26
5. Conclusões Preliminares	29
CAPÍTULO III	30
OS RESULTADOS DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS	30
1. PIB	30
2. Inflação	32
3. Balança Comercial	33
4. Formação Bruta de Capital Fixo	35
5. Dívida (Interna E Externa)	36
5.1. Dívida Interna	37
5.2. Dívida Externa	37
6. Salários	39
7. A Questão Social e a Distribuição de Renda	42
8. A Crise do "Milagre"	46
9. Conclusões Preliminares	47
CONCLUSÃO	48
BIBLIOGRAFIA	52

LISTA DE TABELAS

	página
TABELA 1 - Taxas de crescimento do PIB, inflação e resultados do balanço de pagamentos do Brasil, no período de 1960 a 1963.	2
TABELA 2 - Taxas de Crescimento do PIB (%) e de Inflação do Brasil, no período de 1964 a 1973.	4
TABELA 3 - Taxas de crescimento (%) do setor econômico brasileiro, no período de 1968-1973.	13
TABELA 4 - Dívida externa e variações de reservas (em US\$ milhões) no período de 1968 a 1973	15
TABELA 5 - Índices de liquidez real (1), variação anual (em %), no período de 1967 a 1973.	17
TABELA 6 - Base monetária e papel moeda em poder do público, no período de 1967 a 1973.	18
TABELA 7 - Participação dos níveis de governo na receita tributária total.	22
TABELA 8 - Inflação, desvalorização cambial, correção monetária, taxas anuais (%), no período de 1967 a 1973.	25
TABELA 9 - Balança de transações correntes (US\$ milhões), no período de 1967 a 1973.	26
TABELA 10 - Variação do custo de vida na data de decretação dos fatores de correção do resíduo inflacionário.	29
TABELA 11 - Taxas de crescimento do PIB, no período de 1968 a 1973.	30
TABELA 12 - Taxas da inflação, no período de 1968 a 1973.	32
TABELA 13 - Formação bruta de capital fixo (% do PIB), no período de 1968 a 1973.	35
TABELA 14 - Dívida interna federal (% PIB), no período de 1968 a 1973.	37
TABELA 15 - Dívida externa (US\$ milhões) a médio e longo prazo, no período de 1967 a 1973.	38
TABELA 16 - Evolução das reservas no período de 1968 a 1973.	39

TABELA 17 - Evolução do salário mínimo no período de 1959 a 1976 (Cr\$).	40
TABELA 18 - Diferença ente índice de produtividade e aumento real do salário, no período de 1968 a 1973.	42
TABELA 19 - Variações na distribuição de renda, no período de 1960 a 1970.	44
TABELA 20 - Ração essencial mínima, tempo necessário para aquisição e média anual (1865 = 100).	44
TABELA 21 - Percentagens do orçamento nacional alocadas aos Ministérios da Saúde e da Educação, no período de 1968 a 1973.	45

LISTA DE FIGURAS

	página
FIGURA 1 - Crescimento médio anual do PIB (%), no período de 1964 a 1981.	12
FIGURA 2 - Crescimento PIB (%), no período de 1964 a 1974.	12
FIGURA 3 - Evolução do salário mínimo real no período de 1940 a 1989, índice 100 em 1940, ano de sua implantação.	41

RESUMO

Neste trabalho procuramos mostrar como se comportaram as políticas Monetária, Fiscal, Cambial e Salarial, adotadas nos anos de 1968 a 1973, conhecido como o período do "Milagre" Econômico Brasileiro, bem como essas políticas proporcionaram as mais altas taxas de crescimento econômico, já visto em nossa história. Além disso, analisamos os resultados dessas políticas, em vários segmentos, tanto no âmbito da produção, como no aspecto social, onde verificamos resultados bons e ruins, ou seja, no que diz respeito ao setor produtivo as políticas econômicas adotadas foram adequadas porém, essas políticas no tocante ao social não tiveram o mesmo desempenho.

INTRODUÇÃO

A escolha de estudo desse tema, deveu-se a curiosidade de como foram as políticas econômicas capazes de proporcionar o maior índice de crescimento de nosso PIB, uma vez que passados vários anos, não conseguimos mais crescer com tanta intensidade.

No período compreendido entre 1968/73 a economia brasileira cresceu a uma taxa média de 11% a.a., destacando-se o ano de 1973, onde o crescimento médio do PIB, atingiu uma taxa de 14%. Logo é um período marcante em nossa economia, que ficou conhecido como o "Milagre" econômico Brasileiro. Apesar de ter ocorrido a vários anos, o "Milagre" econômico brasileiro, ainda hoje é motivo de muita discussão, pois essa época é o exemplo clássico do crescimento econômico brasileiro, com uma relativa inflação.

As políticas econômicas do "Milagre" foram muito importantes para a economia brasileira, pois mesmo ainda usufruindo da industrialização, da infra-estrutura, da formação do capital conseguidos naquele período a maioria da sociedade brasileira ainda vive problemas sérios com a concentração de renda e dívida externa.

Procuraremos mostrar neste trabalho, como se comportaram as políticas econômicas naqueles anos. Quais as formas adotadas pelos Governantes, políticas expansivas e ou restritivas, quais foram seus impactos em determinados setores: produto, renda e/ou sociais.

Para tanto, este trabalho foi organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo fizemos uma análise geral do Governo Castelo Branco, onde enfatizamos o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) e as principais reformas instituídas por esse plano - monetária/financeira/tributária e reforma do setor externo, cujos resultados foram significativos para o "Milagre"; no segundo capítulo apresentamos as políticas adotadas no período - monetária, fiscal, cambial e salarial e o interrelacionamento entre elas para a consumação dos objetivos do I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e; no terceiro capítulo, analisamos os resultados dessas políticas, no tocante ao PIB, à Inflação, à Balança Comercial, à Formação Bruta do Capital Fixo, à Dívida Interna e Externa, aos Salários, à Questão Social e à Distribuição de Renda.

Finalizando nosso trabalho na conclusão, mostramos os principais dados resultantes do interrelacionamento das políticas econômicas adotadas no período do "Milagre" Econômico Brasileiro.

CAPÍTULO I

O PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO – PAEG, AS REFORMAS QUE ANTECEDERAM AO “MILAGRE ECONÔMICO”.

Antes estudarmos as políticas econômicas do período denominado de “Milagre Econômico” brasileiro, é necessário que façamos um relato das reformas realizadas no governo anterior ao “Milagre”, as quais foram de extrema importância para que esse viesse a acontecer.

Após um curto período de normalidade democrática, vivenciada pela sociedade brasileira, iniciada com a deposição de Getúlio Vargas, em 1945, portanto dezenove anos de democracia, temos essa liberdade interrompida com o golpe de 1964.

A economia brasileira no início dos anos 60 caracterizou-se pela primeira grande crise econômica do país em sua fase industrial. Assim, os resultados da economia eram insatisfatórios, como podemos verificar na Tabela 1, apresentando baixos níveis de crescimento. Em 1960 o PIB apresentava um crescimento da ordem de 9,4%, baixando sucessivamente para chegar em 1963, com um crescimento de apenas 0,6%. A inflação era outro problema, pois se mostrava crescente, enquanto em 1960 sua taxa era de 29,5%, em 1963 elevava-se para 72,8%. Adicionando-se a esses fatores agravam-se os problemas no balanço de pagamentos, apresentando um déficit da ordem de 244 milhões de dólares (Tabela 1).

TABELA 1 - Taxas de crescimento do PIB, inflação e resultados do balanço de pagamentos do Brasil, no período de 1960 a 1963.

Ano	Varição do PIB (%)	Índice de Inflação (%) (1)	Superávit (+) ou Déficit do Balanço de Pagamentos em US\$ milhões (2)
1960	9,4	29,5	-410,0
1961	8,6	33,2	115,0
1962	6,6	49,4	-346,0
1963	0,6	72,8	-244,0

(1) Inflação correspondente ao Índice de preços ao Consumidor - RJ

(2) Resultado em milhões de dólares (US\$)

Fonte: ABREU, 1990: 403, 404 e 406

Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, e a posse de seu vice, João Goulart, em setembro daquele ano, temos a última tentativa, antes do golpe, do combate a crise econômica. João Goulart põe em prática, o Plano Trienal de Celso Furtado, que tinha como objetivo a estabilização da economia. No entanto, o plano não se concretizou, pois não encontrou respaldo dos empresários e nem da sociedade, uma vez que esse plano impunha medidas restritivas. Assim, pressionados, no âmbito interno, pela elite econômica e por parcela da classe média e, externamente pela comunidade econômica-financeira internacional, os militares praticam o golpe, findando a democracia conseguida pela população brasileira, em 1945, com a perda do poder de Getúlio Vargas.

Com o golpe militar em março de 1964, o Brasil passa a ser governado pelo marechal Castelo Branco. Em novembro, daquele ano, temos o aparecimento do primeiro programa econômico da “Ditadura Militar”, o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG, elaborado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, o qual tinha como mentores do Programa, Roberto Campos, no Planejamento e Octávio Gouveia de Bulhões, na Fazenda.

Em um sentido mais restrito, podemos dizer que o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG, tinha como objetivos principais:

- a) Reduzir a inflação, que apresentavam índices altíssimos para a época, ou seja, a inflação rondava aos 100% ao ano;
- b) A volta do crescimento econômico do país, pois a economia apresentava índices de crescimento insatisfatórios (CORDEIRO, 1994: 104).

O programa de estabilização econômica, comandado pela dupla Campos e Bulhões, apesar de não apresentar índices de crescimento econômico satisfatório, conseguiu inverter a tendência inflacionária existente, desde 1930, pois a inflação em 1967, já mostrava índices inferior a 30% (Tabela 2). Entretanto, não foi a redução da inflação, o mais importante aspecto do PAEG e sim, o conjunto de transformações nas leis que regiam a sociedade brasileira até então, consolidadas nas reformas bancária e tributária e na centralização do poder político e econômico, por parte do novo presidente (LACERDA, 2000: 4).

O PAEG identificou como ponto básico dos problemas institucionais, a ausência de correção monetária, em um país que apresentava altos índices inflacionários. Essa falta de correção monetária tinha como conseqüências sérios problemas vivenciados pela sociedade brasileira, como:

- a) a ausência de correção monetária, desestimulava a poupança, um caso negativo para o crescimento de uma nação; pois para que haja crescimento em uma economia é necessário a existência de poupança;
- b) a lei que regia os contratos de aluguéis, não estimulava a compra de imóveis, pois como não existia correção, a sociedade não sentia-se estimulada a adquirir sua “casa própria”, e isso, conseqüentemente prejudicava a construção civil, visto que não tinha para quem vender. Tudo isso findava em um problema ainda maior, o grande número de desempregados, pois o setor da construção civil é um grande absorvedor de mão-de-obra.
- c) a falta de correção monetária levava também a desordem tributária, pois como não existia correção, os devedores não se sentiam pressionados a pagar seus débitos em dia, existindo, assim, o atraso nos pagamentos dos tributos. Isso reduzia as receitas do governo, aumentando, assim, a dívida pública (VASCONCELOS, 1999: 246)

TABELA 2 - Taxas de Crescimento do PIB (%) e de Inflação do Brasil, no período de 1964 a 1973.

Ano	Varição do PIB	Índice de Inflação
1964	2,9	87,8
1965	2,7	55,4
1966	3,8	39,5
1967	4,8	28,8
1968	11,2	27,8
1969	10,0	20,3
1970	8,8	18,2
1971	13,3	17,3
1972	11,7	17,4
1973	14,0	20,5

Fonte: World Bank, extraído de Maria Helena Moreira Alves, 1984: 145-331

As reformas administrativas e sociais, anunciados no PAEG, na tiveram grande destaque. Quanto a reforma administrativa podemos citar, como exemplo, a criação do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Apesar de terem sido anunciadas grandes reformas sociais, essas não passaram de intenções escritas, como o Estatuto da Terra, os programas nas área da educação, da saúde etc. Entretanto, foram as reformas econômicas

instituídas pelo PAEG, que proporcionaram o crescimento econômico que se seguiu ao governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Dentre essas reformas destacaram-se: a reforma bancária, a reforma nos tributos e a reforma cambial, as quais serão apresentadas nas seções a seguir

1. A Reforma Bancária

A política econômica do primeiro governo militar surgia na austeridade administrativa e na modernização institucional. O Brasil, em comparação com as outras economias capitalistas, apresentava-se muito atrasado, principalmente no setor bancário e financeiro em geral. Justamente o setor que trata da moeda, da riqueza do país, ou seja, o principal setor das economias capitalistas. Logo era por esse setor que se iniciaria as grandes reformas (TAVARES, 1985: 16).

Talvez a maior obra do Governo Castelo Branco foi a reforma feita no sistema bancário, que modificou radicalmente o mercado financeiro do Brasil.

A Lei nº 4.595, criou o Conselho Monetário Nacional que substituiu o Conselho da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito). O CMN surgiu como órgão normativo máximo da política monetária, sendo responsável pela definição das regras e metas a serem atingidas pela política monetária. Essa mesma Lei criou o BACEN (Banco Central do Brasil) como principal braço operacional do CMN. A antiga Carteira de Câmbio e Redesconto do Banco do Brasil e o Serviço do Meio Circulante do Tesouro Nacional, passaram a ser administrado pelo BACEN. Logo o BACEN, além de executor da política monetária, seria também o responsável pela fiscalização e controle do Sistema Financeiro. O Banco do Brasil, apesar de perder “algumas carteiras” para o BACEN, continuava como banco comercial, executor do serviço de compensação de cheques, depositário das reservas voluntárias e caixa do BACEN e do tesouro Nacional, sendo portanto, o agente bancário do Governo (VASCONCELOS, 1999: 248).

A equipe econômica, comandada por Campos e Bulhões introduziu a correção monetária (ou indexação), que se tornaria de mais profundas conseqüências para o futuro da economia brasileira. A criação da correção monetária e Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), eliminaram vários fatores negativos existentes no sistema financeiro, pois, com a instituição da correção monetária, a economia passava a ter taxa de juros reais positivas, havendo, assim, um estímulo a poupança e conseqüentemente, aumentava a capacidade de financiamento da economia. O surgimento das ORTNs, dava credibilidade ao

crescimento de um mercado de títulos públicos, pois com a criação das ORTNs, os títulos estariam protegidos da corrosão inflacionária (VASCONCELOS, 1999: 247).

A Reforma Bancária tinha como objetivo fundamental capacitar o sistema financeiro brasileiro para enfrentar um dos principais entraves à "arrancada": a insuficiente formação da poupança na economia, ou seja, estimular a competitividade dos bancos e criar novos mecanismos de poupança, e assim superar a deficiência e que desenvolvesse um programa de crédito a longo prazo.

O Governo Castelo Branco passou a estabelecer mecanismos jurídicos e administrativos para facilitar e aumentar a captação de recursos no exterior. Assim, através da Lei 4.131 as empresas estabelecidas no Brasil, tanto as empresas privadas como as estatais, brasileira ou multinacionais, poderiam captar recursos diretamente do exterior, sem a participação dos bancos nacionais (GOLDENSTEIN, 1986: 85-86).

Foi criada uma linha de recursos para o Sistema Financeiro de Habitação, além de agente específicos, que auxiliaria o SFH. Como exemplo de agente, podemos citar o BNH – Banco Nacional de habitação, que funcionava como executor da política habitacional. O BNH tinha como principal fonte de arrecadação o FGTS – Fundo de Garantia por tempo de Serviço, criado pela Lei nº 5.107/66 (FURTADO, 1981: 177).

Tivemos também reestruturação do mercado de capitais, através da lei nº 4.728/65, que objetivava aumentar a captação de poupança a fim de financiar as empresas e proporcionar maior negociação dos títulos da dívida pública, através do Sistema Financeiro Nacional sob nova formação, agora baseada no modelo financeiro norte-americano (VASCONCELOS, 1999: 249).

2. A Reforma nos Tributos

Um dos elementos importantes nessa reforma, foi a introdução da correção monetária, pois com a correção, os débitos não ficavam estagnados, como antes, sendo assim, os devedores sentiam-se pressionados a pagar seus impostos “em dia”, uma vez que quanto mais tempo levasse para regularizá-los, seus débitos, maior ficava sua dívida junto ao Governo.

Com a reforma tributária foram criados novos impostos como o IPI – Imposto sobre Produto Industrializado e o ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias, introduzindo, assim, o conceito de imposto sobre valor adicionado, alterando a forma do sistema tributário, que deixava de ser do tipo cascata (incidem a cada transação sobre o total).

Uma outra modificação, com a reforma tributária, foi uma nova definição a que governo pertencia cada imposto, o federal, estadual ou ao municipal. Com a nova redefinição do espaço tributário, o Governo Federal gerenciaria: o Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), o Imposto de Renda (IR), os impostos únicos, os impostos de comércio exterior e o Imposto Territorial Rural (ITR). Aos Estados caberia o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e os municípios seriam beneficiados com os seguintes impostos: Imposto sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU). Foi criado também o FPE (Fundo de Participação dos Estados) e o FPM (Fundo de participação dos Municípios), que eram transferências inter-governamentais. Essas transferências inter-governamentais baseavam-se na área geográfica, a quantidade de pessoas e no inverso da renda *per capita*, ou seja, quanto mais pobre era um determinado Estado, maior seria o recurso a serem transferidos a ele, beneficiando as localidades mais pobres do país.

No PAEG além da criação de vários impostos, o que levou a uma maior arrecadação por parte do Governo Federal, tivemos também o crescimento das receitas federais, em virtude da redução das despesas por parte do Governo Federal, por exemplo com uma política salarial restritiva, o Governo de Castelo Branco, conseguiu diminuir suas despesas com o funcionalismo público.

Podemos citar também, quanto à questão da arrecadação outros fundos para regular e ou modificar a distribuição da riqueza como: o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) criado com o intuito de eliminar algumas distorções na legislação trabalhista, ou seja, a questão da estabilidade do emprego; o PIS (Programa de Integração Social) e o PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Serviço Público) os quais se tornavam importantes fontes de poupança compulsória. Fontes essenciais no financiamento econômico do país.

3. A Reforma Cambial

A equipe econômica do governo Castelo Branco, defrontava-se com um déficit na Balança de Pagamentos, o qual ameaçava o processo de desenvolvimento econômico do país, uma vez que o Brasil estaria exposto ao estrangulamento, periódico da capacidade de importar. Sendo assim, seria necessário reformas, também neste setor (VASCONCELOS, 1999: 250).

O governo procurou estimular e diversificar a exportação, através de incentivos fiscais, como por exemplo, a isenção do IPI, ICM etc. Procurou também modernizar e tornar mais dinâmicos, os órgãos públicos, responsáveis pelo comércio internacional, como por

exemplo, a CACEX (Carteira de Comércio Exterior). No que diz respeito aos produtos importados o governo procurou eliminar a quantidade de produtos que deveriam ser importados, buscou controlar as importações apenas através da tarifa de importação. Uma medida muito importante adotada no setor do comércio exterior foi a simplificação e unificação do Sistema Cambial, ou seja, a adoção do sistema de minidesvalorização, que passou a funcionar a partir de 1968. Com esse novo sistema a variação cambial mostrava, a diferença existente, entre a inflação local e a inflação internacional (VASCONCELOS, 1999: 250).

O governo brasileiro buscou uma reaproximação com a política dos Estados Unidos, com a finalidade de atrair capital estrangeiro para o país, era a chamada Aliança para o Progresso. Posteriormente, o governo renegociaria a dívida externa, firmando acordos de garantia ao capital internacional. As empresas brasileiras passaram a Ter acesso direto ao sistema financeiro internacional. Os bancos Comerciais passavam a captar recursos externos para repasse interno, Iniciando, pois a integração do Sistema Financeiro Nacional ao Internacional e o começo da desnacionalização financeira do Brasil (VASCONCELOS, 1999: 250).

A reforma proporcionada pelo PAEG modificou o sistema institucional vigente em nossa economia, quase que por completo, pois essas reformas, adaptou o país às necessidades de uma economia voltada para a indústria, criou um novo sistema de financiamento capaz de tornar viável o crescimento econômico brasileiro e além disso, a reforma aumentava a capacidade de intervenção na economia por parte do Estado (VASCONCELOS, 1999: 251).

A reforma cambial beneficiou a captação de recursos estrangeiros, assim como a entrada de empresas multinacionais no Brasil, a partir daí tivemos a integração do capital estrangeiro na economia brasileira, tão importante para que houvesse o crescimento no Governo posterior a Castelo Branco.

4. Conclusões Preliminares

Ao concluirmos este capítulo, verificamos que o Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG, foi muito importante para que o crescimento econômico viesse a acontecer, pois o PAEG conseguiu reduzir a inflação para aproximadamente 20% a.a., fez uma grande reforma no sistema bancário, capaz de conseguir poupança no exterior, para atingir o crescimento econômico verificado nos anos posteriores ao Governo de Castelo Branco. Logo, como podemos observar no próximo capítulo, as reformas impostas pelo Governo de Castelo

Branco, através do PAEG, foram o ponto de partida para que a economia brasileira pudesse crescer a uma taxa média de 11% a.a., e passasse a ser conhecida como a economia do "Milagre" brasileiro.

CAPÍTULO II

AS POLÍTICAS ECONÔMICAS DO "MILAGRE": MONETÁRIA, FISCAL, CAMBIAL e SALARIAL

No período de 1967 a 1973, o Brasil teve três governos. O primeiro foi Artur da Costa e Silva, que sucedeu Castelo Branco no início de 1967, em virtude da doença e morte de Costa e Silva em 1969, o país passa a ser comandado por uma junta militar, formada por: General Aurélio de Lins Tavares, Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald e o Brigadeiro Márcio de Souza e Mello. Essa junta militar comandou o país por um período curto, somente até a posse do novo presidente, Emílio Garrastazu Médici. Médici foi o último dos governantes no período estudado.

Apesar de termos dirigentes distintos no período estudado, no que diz respeito ao setor econômico, o qual é nossa ênfase de estudo, esse período de 1967 a 1973 pode ser analisado como um único período, pois esses sete anos a economia brasileira esteve sob o comando do então Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto.

A nova equipe econômica, liderada por Delfim Netto colocava como principal objetivo o crescimento econômico do país, diferenciando do governo anterior que tinha como seu principal objetivo o controle da inflação. Não que essa nova equipe não se preocupasse com a inflação, no entanto esse problema viria em segundo plano, pois para eles, a convivência com uma taxa de inflação em torno de 20 a 30% a.a., seria admissível. E a partir do momento em que a economia do país passasse a crescer, a taxa de inflação tenderia a reduzir-se. O "PAEG" conseguiu equilibrar a economia, ou seja, reduziu a inflação e reverteu o quadro deficitário da balança de pagamentos, conseguindo, assim, iniciar uma nova estrutura de desenvolvimento, entretanto, o país não conseguiu elevar as taxas de crescimento.

As reformas feitas no governo de Castelo Branco, tinham conseguido reduzir a inflação como apresentado no Capítulo I. Entretanto, o país não conseguia crescer economicamente e apresentava índices de crescimento indesejáveis. A sociedade e até mesmo as pessoas que apoiaram o golpe em 1964, estavam insatisfeitos com o novo regime. Portanto, logo que a nova equipe econômica assumiu o governo observou que o país precisava crescer e até mesmo para "legitimar" os militares no poder, o país precisaria apresentar taxas de crescimento significativas.

A nova equipe econômica, beneficiando-se das implantações feitas no governo anterior, como: equilíbrio da balança de pagamentos, controle da inflação, redução da liquidez, além de uma política salarial restritiva, observou que o país poderia crescer a partir do momento em que o governo passasse a aumentar o crédito, ou seja, implantasse uma política monetária expansionista, uma vez que a população teve seu desejo de consumo reprimido pelas políticas restritivas do PAEG, as quais ocasionaram um grande número de desempregados, esses foram aproveitados, quando da expansão da economia no novo governo. Portanto, logo que a nova equipe econômica lançou sua política liberal de crédito, que encontrou a economia, depois de vários anos de recessão, com baixa utilização da capacidade produtiva, taxas relativamente altas de desemprego e custo reduzido da mão-de-obra de pouca qualificação, conseguiu crescer significativamente (SINGER, 1976: 61).

Com a implantação de políticas expansionistas, que serão estudadas mais detalhadamente nesse capítulo, o país voltou a crescer apresentando taxas até então não vistas pela sociedade brasileira.

Esse período (1968-1973), é visto como "Milagre" Econômico Brasileiro, o qual pode ser definido como sendo o resultado de várias medidas políticas econômicas adotadas pelo Governo Federal e da conjuntura internacional prevalecente no final da década de 60 e início da década de 70, que proporcionou à economia nacional a manutenção de altas taxas de crescimento.

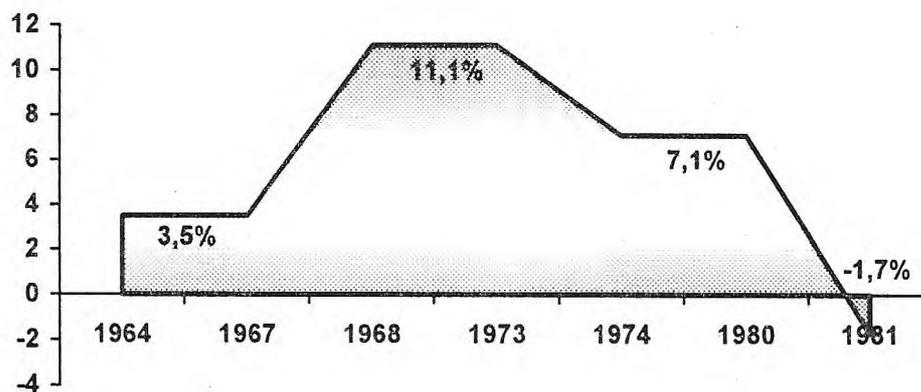
Entre 1968 e 1973, tanto o produto global como os produtos setoriais mostravam forte crescimento. O PIB real, conforme podemos verificar na Figura 1, cresceu a taxa média de 11,1%. Ao analisarmos a Figura 2, verificamos que esse período tem seu auge de crescimento em 1973, quando apresentou um PIB médio de 14%.

O novo ciclo de crescimento do país foi outra vez liderado pelos setores produtores de bens de consumo duráveis e de bens de capital. A indústria manufatureira cresceu à taxa de 12,6%. A produção de bens duráveis atingiu em média 23,6% e a de bens de capital 18,1%. Houve também, aumento das importações de 5,4 para 8,6% do PIB, por outro lado, as exportações aumentaram mais que o dobro o que resultou em uma balança comercial praticamente equilibrada. Por outro lado, com uma taxa de apenas 9,4% a.a., a produção de bens de consumo não duráveis, manteve-se aquém daquelas vistas em outros setores. A agricultura depois de uma desempenho medíocre de 1,7% a.a., no período de 1962/1967, conseguiu crescer a uma média anual de 4,7%, lembrando que, esse crescimento deveu-se, principalmente as culturas exportáveis, pois a agricultura básica, como: feijão, mandioca e

banana, caiu a taxas anuais de 1,99%, 1,86 e 2,39%, respectivamente (LACERDA, 2000: 112).

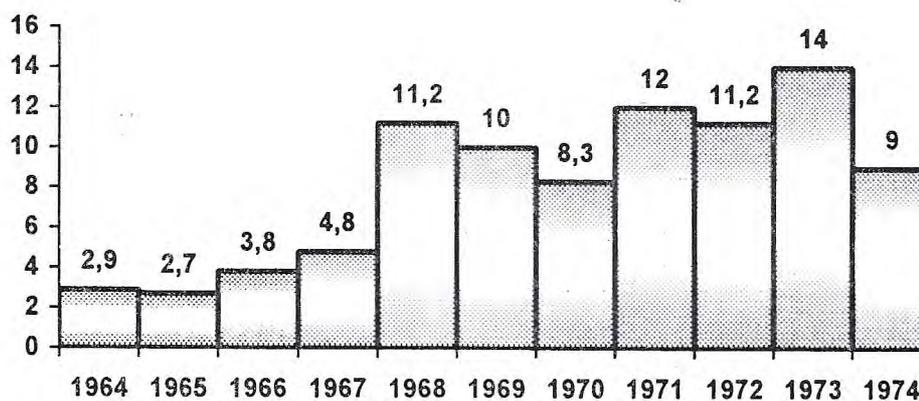
Portanto, o setor industrial mais uma vez sobressaiu-se sobre os demais setores da economia, sendo seguido pelo setor de serviços e por último o setor agrícola, como podemos verificar na Tabela 3.

FIGURA 1 - Crescimento médio anual do PIB (%), no período de 1964 a 1981.



Fonte: Banco Central do Brasil extraído de BRUM, 1990: 168.

FIGURA 2 - Crescimento PIB (%), no período de 1964 a 1974.



Fonte: Banco Central do Brasil extraído de BRUM, 1990: 167.

TABELA 3 - Taxas de crescimento (%) do setor econômico brasileiro, no período de 1968-1973.

Ano	PIB	Indústria	Serviços	Agricultura
1968	9,8	14,2	9,9	1,4
1969	9,5	11,2	9,5	6,0
1970	10,4	11,9	10,5	5,6
1971	11,3	11,9	11,5	10,2
1972	12,1	14,0	12,1	4,0
1973	14,0	16,6	13,4	0,0

Fonte: IBGE extraído de VASCONCELOS, 1999: 253.

Como a equipe econômica sob a direção de Delfim Netto, conseguiu essas altas taxas de crescimento econômico? Esse crescimento verificado no país no período estudado, pode ser analisado sobre dois aspectos: 1) A conjuntura Econômica Internacional; 2) A conjuntura Econômica Interna.

Com relação à economia internacional, podemos dizer que essa foi muito importante para o nosso crescimento, como a abertura do comércio internacional aos países "periféricos", que passavam a encontrar mercados não somente nas exportações de produtos primários, mas também nas exportações de produtos industrializados de baixa tecnologia.

Portanto, a política do Governo, procurava estimular ao máximo o crescimento e a diversificação das exportações nacionais, e assim, em conjunto com os recursos oriundos da entrada abundante de capital estrangeiro, como empréstimos e investimentos diretos, financiou as importações do país, necessária a continuidade do crescimento. E ainda tivermos a hegemonia dos capitais norte-americanos, que passaram a ser exportados como investimentos diretos, sendo empregados em grande proporções na indústria, tanto de países industrializados, como àqueles que estavam se industrializando, como o Brasil.

Quanto a conjuntura econômica nacional podemos dizer, que esse crescimento ocorreu a partir de políticas expansionistas adotadas pelo Governo Federal, principalmente a concessão de crédito, não apenas as empresas, como também aos consumidores, portanto, ampliando a demanda. Além disso, podemos citar os incentivos fiscais, que também eram muito utilizados pelo Governo Federal para induzir o investimento privado em determinadas regiões, como por exemplo, a região Nordeste e também em alguns setores, como o Setor Exportador, que será melhor estudado posteriormente, quando estivermos estudando a política cambial do "Milagre".

Sendo assim, podemos dizer que todas essas medidas e beneficiando-se da economia internacional, a equipe econômica soube tirar proveito para atingir seu objetivo principal, o crescimento da economia brasileira, uma vez que, foi o próprio governo o indutor inicial do crescimento, pois com o aumento dos gastos públicos, tivemos importantes efeitos dinâmicos sobre os demais setores da economia.

A equipe de Delfim beneficiando-se da capacidade ociosa existente, (decorrente dos anos anteriores de estagnação) e das políticas expansionistas pode levar a um aumento significativo do produto, que cresceu a taxa média de 11,2% a.a. (ABREU, 1990: 239). Sem maiores pressões em termos de inflação, necessidades de investimentos e desequilíbrio externo (GREMOUD, 1997: 186). No entanto o país tornou-se muito dependente da economia internacional, pois tivemos um volume de empréstimos ao exterior elevado, significativamente, ou seja, a dívida cresceu neste período, US\$9.615 milhões (GOLDENSTEIN, 1986: 99). Uma vez que a economia internacional no período em estudo possuía capitais satisfatórios, ou seja, era a época do euro-dólar, o capital norte-americano saía de seu país em grande volume a procura de investimentos em outras nações, adicionando-se a isso, a política de juros do governo era propícia ao empréstimo externo, bem mais barato que o empréstimo local. Assim, o país endividou-se bastante, talvez mais que o necessário. Nossa dívida externa correspondia a 3.780 milhões de dólares em 1968 e passou para 12.571,5 milhões de dólares em 1973, conforme podemos verificar na Tabela 4.

Ao fazermos essa abordagem geral da economia brasileira no período do "Milagre Econômico", passemos agora ao objetivo deste capítulo, que restringe-se ao estudo das políticas econômicas adotadas pela equipe gerenciada por Antônio Delfim Netto, as políticas: monetária, fiscal, cambial e salarial.

TABELA 4 - Dívida externa e variações de reservas (em US\$ milhões) no período de 1968 a 1973.

Ano	Conta Capital	Var. Reservas	Dívida Externa Bruta
1968	541,0	20,0	3.780,0
1969	871,0	549,0	4.403,3
1970	1.015,0	378,0	5.295,2
1971	1.846,0	483,0	6.621,6
1972	3.492,0	2.369,0	9.521,0
1973	3.512,1	2.145,4	12.571,5

Fonte: Banco Central extraído de VASCONCELOS, 1999: 256.

1. Política Monetária

A política monetária pode ser definida como o conjunto de medidas adotadas pelo Governo visando a adequar os meios de pagamentos disponíveis às necessidades da economia do país (SANDRONI, 1985: 336).

Convém lembrar, que a política monetária não é a única responsável pela política econômica global de um país. A ela interagem-se diversas outras políticas, dentre elas podemos destacar: a fiscal, salarial e cambial, as quais serão estudadas neste capítulo, posteriormente.

Antes de 1964, a política monetária brasileira era executada pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Entretanto, com a reforma bancária feita pelo PAEG em 1964, foi criado o Banco Central, que passou a administrar as novas políticas monetárias no país. O BACEN é o responsável pela emissão de moeda, além disto, controla o redesconto e as reservas compulsórias dos bancos comerciais e regula as atividades bancárias e as entidades de capitais estrangeiros (CARDOSO, 1993: 139).

Os instrumentos clássicos da política monetária podem ser definidos como três: 1) a base monetária, que representa a quantidade de dinheiro em poder do público e as reservas dos bancos comerciais; 2) a taxa de redesconto, que são aquelas taxas cobradas pelo BACEN aos bancos comerciais para lhes fazer empréstimos em caso de emergência E; 3) as reservas compulsórias, que são depósitos obrigatórios feitos pelos bancos comerciais junto ao BACEN (CARDOSO, 1993: 1399-143).

Como foi visto anteriormente, após as reformas feitas pelo PAEG que colocou a economia brasileira em ordem, para que o país voltasse a crescer seria necessário que a equipe econômica adotasse uma política monetária expansiva e que houvesse um aumento de crédito para o setor privado, estimulando assim, a produção tanto para o mercado interno como o externo (LACERDA, 200: 111).

Portanto, não foi difícil a expansão da política monetária do governo, uma vez que, sobre um regime ditatorial é mais fácil e mais rápido tomar decisões do que sobre um regime democrático, além do que o Conselho Monetário estava subordinado ao Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, e esse dispunha de "enormes" poderes sobre a economia. Como citou Maria da Conceição Tavares "O orçamento Monetário já vinha perdendo sua função de instrumento de controle da moeda e do crédito, mas agora, crescentemente se transformava numa das alavancas mais poderosas de intervenção direta do Estado na economia, pela manipulação das linhas de fomento do Banco Central"¹.

Como podemos verificar na Tabela 5 a nova equipe econômica, proporcionou uma elevação dos meios de pagamento, no período estudado.

¹ TAVARES, Maria da Conceição. O Grande Salto para o CAOS, 1985: 30.

TABELA 5 - Índices de liquidez real (1), variação anual (em %), no período de 1967 a 1973.

Ano	Trimestres			
	1°	2°	3°	4°
1967	-5	10	18	20
1968	21	11	10	10
1969	15	12	9	9
1970	7	8	9	12
1971	7	3	9	12
1972	11	12	12	12
1973	14	18	21	23

(1) Taxas de crescimento dos meios de pagamento, deflacionados pelo IPA.

Fonte: Banco Central extraído de LACERDA, 2000: 111.

No final do governo de Castelo Branco, houve uma redução de liquidez na economia. No entanto, a nova equipe econômica, a partir de 1967, reverteu esse quadro, ou seja, houve uma grande expansão da oferta de moeda e do crédito. No entanto os anos seguintes a 67 observa-se que houve expansão do crédito a cada ano, mas os aumentos reais da oferta de moeda e o crescimento médio real dos meios de pagamento mantiveram-se equiparados ao crescimento do PIB real (ABREU, 1990: 249).

Tivemos também uma expansão na base monetária, devido a despreocupação com a política fiscal em 1967, pois o déficit de caixa da União que foi financiado sem o auxílio das autoridades monetárias em 1966, passou a ser financiado nesse ano em mais da metade por empréstimos das autoridades monetárias ao tesouro. Esse fato juntamente com o aumento de redesconto e outros empréstimos feitos a bancos comerciais proporcionaram um aumento na base monetária. A base monetária que representava 16,9 em 1970, expandiu-se no ano de 1971 para 36,3, reduzindo-se em 1973, mas no entanto no último ano do "Milagre" expandiu-se significativamente para 47,1. Ao verificarmos o papel moeda em poder do público, observamos que enquanto em 1970, representava 24,7, cresceu a cada ano, para chegar em 1973, com uma taxa de 42,3 (Tabela 6).

TABELA 6 - Base monetária e papel moeda em poder do público, no período de 1967 a 1973.

Ano	Base Monetária (%)	Papel Moeda em Poder do Público (%)
1967	30,8	25,7
1968	42,0	38,6
1969	28,7	32,1
1970	16,9	24,7
1971	36,3	27,3
1972	18,5	35,0
1973	47,1	42,3

Fonte: ABREU, 1990: 407 e 412.

Ainda no ano de 1968, houve o mesmo problema citado anteriormente, ou seja, o déficit da União continuava a pressionar a expansão de base monetária. Como a política econômica do novo governo tinha como uma de suas metas a expansão do crédito, a inflação não podia ser contida com a redução do crédito, logo houve um aumento nos empréstimos do sistema monetário no setor privado, e essas superaram amplamente as taxas de inflação que eram em torno de 28%. Além dessa forma de expansão, podemos acrescentar as operações de sustentação dos preços mínimos adotados para a agricultura e produtos exportados.

A partir de 1969, o déficit passou a ser financiado pela colocação de títulos junto ao público, tornando-se assim, um fator de contração dos meios de pagamentos.

Convém citarmos, no que diz respeito aos meios de pagamentos, o aumento significativo no período estudado, dos haveres não monetários, pois com a implantação da correção monetária, em 1964, passou a existir uma substituição dos depósitos à vista, para os depósitos em poupança, letras de câmbio etc., pois enquanto em 1964 os haveres monetários respondiam por 92% do total dos haveres monetários e não monetários, em fins de 1966 essa participação foi reduzida para 75,7% e entre 67 e 73 essa tendência foi acentuada. Assim, a partir de 71, os haveres não monetários excederam os haveres monetários que, em 1973 passaram a responder por apenas 43% do total (ABREU, 1990: 251).

Ao estudarmos um outro instrumento básico da política monetária, o redesconto, podemos verificar que no período em estudo, até 1973, a política de redesconto apresentou-se flexível, pois ao citarmos como exemplo, o ano de 1968, tivemos um aumento de 62% dos empréstimos dos bancos comerciais para o setor privado, que foi possível em parte a uma

política de redesconto maleável. Nesse período o BACEN determinava a taxa de redesconto (aumentando ou diminuindo) de acordo com a quantidade de recursos que transferia aos bancos e não por variação na taxa, sendo assim, quem variava era o volume de recursos e não a taxa adotada. Uma vez que o mercado de capitais, naquela época, ainda era pouco desenvolvido, logo uma taxa de redesconto não teria influência significativa no mercado, como aumentar ou reduzir as taxas de juros (ABREU, 1990: 253).

No tocante aos depósitos compulsórios, podemos verificar que houve medidas diversas por parte do BACEN. Primeiramente esses depósitos funcionam como controlador da quantidade de crédito, em um segundo momento, os compulsórios passavam a funcionar como redutor das taxas de juros para os tomadores finais, pois o BACEN reduzia gradualmente seu recolhimento em espécie. E, finalmente esses depósitos tiveram "deduções especiais", de acordo como o objetivo da política econômica do período, como por exemplo, deduções para financiar pequenas empresas etc. (ABREU, 1990: 253).

Sendo assim, os depósitos compulsórios tornaram-se um grande instrumento, facilitador do crédito à sociedade, pois seu recolhimento em espécie no BACEN teve uma redução enorme, enquanto representava 70% do recolhimento total em 1967, no ano de 1973 esse recolhimento representava apenas 36% (ABREU, 1990: 253).

Um outro instrumento utilizado na política monetária do "Milagre" foi as operações com mercado aberto, que iniciaram em 1967, com a venda das ORTN's (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), ao sistema bancário pelo BACEN. Através desse instrumento o governo podia regular a liquidez da economia, pois poderia financiar a dívida da União, por exemplo, com venda de títulos públicos e não por empréstimos as autoridades monetárias.

As taxas de juros no período em estudo foram de certa maneira, controladas pela equipe econômica, pois essa equipe não permitia que as mesmas, usadas para captação e/ou aplicação, fossem determinadas pelo mercado. O Governo usou diversas maneiras para controlar os juros, desde o controle direto dessas taxas, através da fixação de taxas máximas, até mesmo incentivos aos bancos comerciais como a redução na taxa dos depósitos compulsórios, a fim de que esses estabelecimentos reduzissem seus juros de empréstimos bancários. Essas foram algumas medidas tomadas na política de juros para o setor privado. Por outro lado, os empréstimos concedidos pelos bancos oficiais, como BNDE e Banco do Brasil, apresentavam taxas de juros até mesmo negativas em termos reais, lembrando que esses empréstimos eram feitos como incentivos a setores específicos da economia, como por exemplo, os empréstimos do Banco do Brasil ao setor agrícola.

Apesar das taxas de juros para setores prioritários da economia serem sempre fixados em termos nominais, no período de 1968 a 1973, normalmente abaixo da taxa de inflação, as taxas usadas pelos bancos comerciais, mesmo com a prática de taxas pré-fixadas, tornaram-se positivas em termos reais, no entanto, como o Governo não queria inibir o consumo, passou a fixar "tetos" mais baixos para os juros. Mesmo assim, as taxas de juros reais para os devedores permaneceram altas na época do "Milagre". Entretanto, não reduziu a quantidade de crédito existente, pois os indivíduos que obtinham crédito preocupavam-se muito mais com o valor (prazo) das prestações do que com a taxa de juros.

A equipe econômica "achava" que os custos bancários eram elevados, por isso posicionou-se a favor das fusões e incorporações bancárias, chegando a dar incentivos fiscais, para que essas fusões ocorressem. Com o apoio do Governo tivemos uma forte concentração bancária, esse sistema deixava de ser "frágil" para tornar-se, em 1973, em um sistema forte. Contudo, essas fusões foram prejudiciais à redução das taxas de juros, pois praticamente extinguiu-se a concorrência, uma vez que o sistema bancário tornou-se bastante oligopolizado.

Mesmo com alguns problemas enfrentados pela equipe de Delfim, não houve diminuição nos créditos concedidos.

A sociedade brasileira foi estimulada a consumir, os bancos dispunham de crédito abundante, tanto para a pessoa física como para a pessoa jurídica. E quando não existiam recursos aqui no Brasil, incentivava-se aos empréstimos externos, essa política será melhor analisada, no item 2.3. que trata da política cambial. Logo podemos concluir que a política monetária desse período foi bastante expansionista e o Governo "empurrou" crédito a sociedade, a fim de atingir seu objetivo maior que era o crescimento econômico.

2. Política Fiscal

A política fiscal compreende a ação do Governo, quanto aos seus gastos públicos e a maneira de obter sua receita. É uma política muito influente na economia de um país, pois a atividade fiscal afeta o poder aquisitivo dos diferentes segmentos da economia e da sociedade, assim como, os tipos de bens e serviços que serão produzidos e consumidos. Logo, a "postura" dessa política é importante no crescimento ou estagnação da produção.

Além da instabilidade econômica que o país vivia no início da década de 60, as contas públicas também apresentavam-se desestruturadas, pois o sistema tributário estava debilitado e não era capaz de financiar as necessidades do Estado.

Portanto, como foi colocado no primeiro capítulo deste trabalho, o Governo de Castelo Branco instituiu várias reformas, dentre elas a reforma tributária. Essa reforma tinha como um de seus principais objetivos, elevar o volume de recursos à disposição do Governo Federal, através da centralização dos tributos ao nível do poder Federal e assim, reduzir a independência financeira das unidades federadas.

Essas reformas instituídas pelo PAEG, conseguiram "equilibrar" as contas públicas, portanto, a nova equipe econômica empossada em 1967 beneficiou-se das reformas do Governo anterior, tendo somente "o trabalho" de continuar eficaz, no que diz respeito as receitas e despesas da União.

A política fiscal adotada no período do "Milagre" procurou manter uma política de aumento de eficiência, no tocante ao segmento público, ou seja, buscou uma arrecadação crescente e por outro lado procurou reduzir ainda mais, seus gastos. De uma maneira geral, podemos dizer que essa política foi eficiente, pois no ano de 1968, o país apresentava um déficit de 1,2% do PIB, mas já em 1972 esse déficit só representava 0,1% do PIB (ABREU, 1990: 264).

Entretanto, esse período (68/73), no tocante a criação de tributos foi bastante diferente do Governo anterior, pois houve apenas a criação de apenas um novo tipo de imposto, o imposto sobre operações financeiras, além do mais naquele governo já havia sido criado numa quantidade suficiente de impostos.

Como a política monetária analisada anteriormente, a política fiscal também procurou beneficiar a determinados segmentos da economia, prioritárias na visão Federal. Sendo assim, o Governo Federal repassava uma importante parcela de sua receita a programas específicos, por dispositivos constitucionais, representando em 1972 e 1973, 34% da receita total. Por exemplo, em 1973, dos Cr\$52,9 bilhões de cruzeiros (moeda da época) da receita, destinaram-se aos Fundos dos Estados e Municípios cerca de Cr\$3,8 bilhões, e aos programas rodoviários, ferroviários, de eletrificação, pesquisas minerais, educação, saúde etc., outros Cr\$14,3 bilhões. Além disso, foi verificado ao longo de todo o período do "Milagre", importantes incentivos fiscais a determinados setores da economia, isso representava uma grande perda na arrecadação tanto a nível nacional como estadual. Como por exemplo, incentivos fiscais para a instalação de indústrias na região Nordeste.

Os Estados e Municípios, tiveram suas finanças de "certa maneira" administradas pela União, pois a própria constituição de 1967 permitia que o Governo Federal pudesse intervir nos assuntos financeiros estaduais e municipais. Além disso, as transferências tributárias devidas pela União a Estados e Municípios foram reduzidas, completando-se

assim, "na esfera econômico-financeira o processo político de aniquilamento da Federação que transformou Governadores e Prefeitos de capitais e cidades "estratégicas" em delegados do poder central, agora impossibilitados de atender também aos serviços públicos locais"². Sendo assim, observando a Tabela 7, verifica-se que, enquanto a União teve um aumento nas receitas tributárias, os Estados e Municípios viam seus recursos reduzir-se a cada ano.

TABELA 7 - Participação dos níveis de governo na receita tributária total.

Período	Receita da União	Receita dos Estados	Receita dos Municípios
1963/64	49,6	43,9	6,6
1965/66	51,0	42,0	7,1
1968/69	52,1	44,2	3,8
1970/71	55,0	41,4	3,6
1972/73	58,0	38,2	3,8

Fonte: Finanças do Brasil - Secretaria da Economia e Finanças do Ministério da Fazenda extraído de MENEZES, 1992: 37.

Um outro exemplo, do poder autoritário Federal sobre os Estados e Municípios, pode ser visto ao verificarmos a emissão de títulos públicos pelos estados, pois como a responsabilidade e controle desses papéis ficaram a cargo das autoridades Federais, mais especificamente pelo BACEN, tivemos uma redução na representatividade das dívidas estaduais e municipais no total dos ativos financeiros. Assim, em 1969 a dívida de Estados e Municípios representava 2% do total desses ativos, havendo uma "queda" para 1,5% em 1973 (ABREU, 1990: 266).

Voltando ao déficit Federal, vimos que o saneamento ocorrido nas contas do Governo, e até mesmo um superávit em 1973, deve não ser visto como algo verídico, pois "certos" gastos públicos não eram incluídos nas despesas do tesouro como os juros, a correção monetária da dívida pública etc. Esses "gastos" foram incluídos no chamado "orçamento monetário".

Apesar de não terem sido criado novos impostos, somente o Imposto Sobre Operações Financeiras, a carga tributária mostrou números crescentes a cada ano,

² TAVARES, Maria da Conceição, 1985: 32

apresentando uma carga tributária bruta média de 22,4% do PIB no período de 1965 - 1969 para 24,7% nos anos 1970 - 1973 (ABREU, 1990: 265).

Ao estudarmos as despesas correntes da União, verifica-se uma diminuição em relação ao Produto Interno Bruto. Sendo visível a redução das despesas do Governo em relação a salários e encargos, uma vez que a política salarial adotada no período era "bondosa" ao Estado. Esse assunto será melhor estudado quando estivermos vendo política salarial.

Ao concluirmos a política fiscal adotada no período do "Milagre Econômico", retirando os itens incluídos no "orçamento monetário" podemos dizer sucintamente que o Governo conseguiu aumentar a arrecadação líquida, bem como, diminuir algumas despesas, proporcionando-lhe uma poupança em conta corrente capaz de "sustentar" os investimentos públicos.

3. Política Cambial

A política cambial pode ser definida como um instrumento utilizado nas relações comerciais e financeiras entre um determinado país com o resto do mundo. Consiste na relação entre diferentes nações, que procuram expandir suas vendas comerciais (exportação), assim como comprar (importar) produtos mais "baratos" ou não existentes na produção local. Podemos incluir também os empréstimos (financiamentos) feitos por um país a outra nação. Como as nações possuem moedas diferentes, é necessário um "ponto de equilíbrio" para que essas transações ocorram; é o que podemos colocar como **taxa de câmbio** e são essas diferentes maneiras adotadas pelos governos com respeito a essa taxa que podemos definir como política cambial.

No período do "Milagre brasileiro" ocorreram várias mudanças entre o Brasil e as demais nações, como por exemplo, o aumento significativo de investimentos estrangeiros neste país, o aumento excessivo do endividamento externo brasileiro, uma grande desnacionalização de nossos meios de produção etc. E a maioria dessas mudanças está vinculada à política cambial adotada pelo Governo. Sendo assim, procuraremos ao longo desse item descrever de forma objetiva como funcionou a política cambial no período 68 - 73, como essa política foi utilizada de forma a não prejudicar o crescimento econômico, objetivo central das políticas utilizadas.

Um dos grandes problemas relacionados à taxa de câmbio em países tido como de inflação permanente (como é o caso brasileiro), é a evasão das reservas externas, em decorrência da sobrevalorização da moeda. Sendo assim, a equipe econômica de Delfim,

disposta a eliminar o risco cambial e os movimentos especulativos decorrentes das grandes desvalorizações, passou a adotar a partir de agosto de 1968, o sistema de freqüentes minidesvalorizações. O conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou uma nova diretriz a ser seguida pela política cambial. Assim, as autoridades monetárias passavam a corrigir o preço, em termos de cruzeiro (moeda local da época), da moeda estrangeira, em prazos e percentuais pequenos. Esse período entre os reajustes reduziram-se significativamente, uma vez que o tempo médio de reajuste passava a ser feito geralmente entre um e dois meses (SILVA, 1995: 13).

O sistema de minidesvalorizações da moeda doméstica, veio substituir a forma de correções bruscas até então utilizadas. O país passou a utilizar, agora (na época), uma política cambial muito mais flexível.

A nova política tinha como objetivo básico evitar desequilíbrio do balanço de pagamentos, em conseqüência da diferente variação entre os preços internos e àqueles adotados nos outros países.

Além disso, o novo sistema tinha entre seus objetivos "acabar" com os movimentos especulativos de capitais, que freqüentemente surgiam, e em volume acentuado, antes e depois de cada desvalorização, evitando assim as pressões não favoráveis a estabilidade da balança de pagamento.

A política cambial adotada no período em estudo atuou de maneira satisfatória, no que diz respeito a balança comercial do Brasil, pois evitou os naturais reflexos negativos decorrentes da inflação. Lembrando, porém, que a idéia dessa política, centralizava-se exatamente na manutenção da paridade do poder de compra da moeda, o que explica o resultado positivo da política sobre a balança comercial.

A taxa de juros interna no período "Milagre" era mais alta que a taxa de juros internacional, adicionando-se a isso tínhamos à política de "minidesvalorização", cuja taxa de câmbio era desvalorizada abaixo das taxas internas de inflação e correção monetária (Tabela 8). Desta forma os custos dos empréstimos externos eram inferiores aos nacionais, portanto essa política foi favorável ao endividamento externo brasileiro, o qual iremos analisar mais enfaticamente, quando estivermos estudando os resultados das políticas econômicas do período, próximo capítulo.

As políticas adotadas pela equipe econômica eram estimulantes as exportações dos produtos brasileiros, assim como a facilidade de importações.

No que diz respeito as importações, podemos dizer que desde o governo Castelo Branco, já havia sido adotado tarifas propícias as importações e nos anos seguintes não houve

alterações significativas nessas tarifas, no geral o imposto de importação "caiu", pois a alíquota média de impostos importação para todos os produtos reduziu-se de 47% em 1966 para 20% em 1967 e entre os anos de 1969 e 1974, essa redução foi da taxa de 13% para menos de 8%. Lembrando que a taxa de importação fazia uma discriminação entre os impostos produzidos no país, uma vez que o consumidor ao importar um produto, cujo a fabricação já era feita no Brasil, pagava uma taxa mais elevada do que àquela utilizada na compra de produtos internacionais não produzida a nível doméstico (ABREU, 1990: 274).

TABELA 8 - Inflação, desvalorização cambial, correção monetária, taxas anuais (%), no período de 1967 a 1973.

Ano	Desv. Cambial	Inflação (IGP)	Correç. Monetária
1967	22,3	24,3	23,2
1968	41,0	25,4	25,0
1969	13,6	20,2	18,5
1970	13,8	19,2	19,6
1971	13,9	18,1	22,7
1972	10,2	14,0	15,3
1973	0,8	13,7	12,8

Fontes: BACEN e FGV extraído de GOLDENSTEIN, 1986: 96.

Apesar do aumento das importações, a balança comercial, apresentou-se equilibrada ao longo do período estudado, Uma vez que esse aumento das importações foi contra balanceada pelo enorme aumento que tivemos nas exportações.

As exportações foram beneficiadas por estímulos específicos, entretanto obedecendo a barreira da política cambial, para que não houvesse instabilidade da economia local com o mercado financeiro externo.

Podemos dizer que essas exportações tiveram grande desempenho "graças" ao aumento da participação dos produtos manufaturados no valor total dos produtos exportados e, além disso, tivemos a contribuição dos produtos primários, como destaque para o grupo de produtos de soja, que teve sua participação no total elevada de 1,9% em 1967-68 para 14,8% em 1973 (ABREU, 1990: 275).

Portanto, como podemos observar no Tabela 9, apesar das importações passarem de US\$1.441 milhões em 1967 para US\$6.192 milhões em 1973, o estímulo dado as exportações foi satisfatório, pois o saldo acumulado da balança comercial dos anos 1967 - 1973 foi positivo, mostrando um resultado favorável de US\$168 milhões.

Sendo assim, a política cambial de minidesvalorização, adotada no "Milagre", apesar de ter contribuído para a busca de empréstimos no exterior, ela foi benéfica no tocante a nossa exportação, pois apesar da elevação dos produtos importados, isso não prejudicou nossa balança comercial (Tabela 9).

TABELA 9 - Balança de transações correntes (US\$ milhões), no período de 1967 a 1973.

Ano	Exportação	Importação	Balança Comercial
1967	1.441	1.441	+213
1968	1.881	1.885	-4
1969	2.311	1.993	+318
1970	2.739	2.507	+232
1971	2.904	3.247	-343
1972	3.991	4.232	-241
1973	6.199	6.192	+7

Fontes: BACEN extraído de GOLDENSTEIN, 1986: 100.

4. Política Salarial

A política salarial pode ser definida como um conjunto de disposições por parte do Governo com o intuito de disciplinar os aumentos salariais. A maneira como essa política é direcionada por determinados governos representa uma das formas que esse governo coloca como objetivo de enfrentar uma conjuntura inflacionária ou de crise econômica. No período em que estamos estudando a política salarial adotada, poderemos observar ao longo desse capítulo, tendia a exercer pressão no sentido de baixar os salários reais.

No Brasil, devido ao aumento constante da inflação desde o final dos anos 50 e início da década de 60, tornaram-se comuns os reajustes dos salários nominais baseados no "piso" do salário real, em relação a inflação do período anterior. Entretanto a primeira experiência de

indexação salarial foi observada em 1964, como parte do PAEG, que visava diminuir a inflação e adequar os reajustes salariais com as metas do programa de estabilização.

O PAEG observou que os reajustes salariais desordenados impostos ao salário nominal, assim como sua influência realimentadora da inflação, eram as principais causas dos altos índices inflacionários daquela época. Logo, como o principal objetivo do governo de Castelo Branco era reduzir a inflação, a forma de como eram feitos os reajustes salariais deveriam ser alterados.

Sendo assim a nova equipe econômica de Castelo Branco, dita novas regras para os reajustes salariais. Inicialmente aplicada ao setor público e posteriormente estendida a todo o setor privado. Essas novas regras estabeleciam que o princípio de reajustes salariais teriam como base a média aritmética dos salários reais nos últimos 24 meses antes da data do reajuste, não permitindo o reajuste pelo pico como ocorria até então. O novo salário seria obtido multiplicando-se a média do salário real pelos coeficientes de produtividade e de inflação prevista (ABREU, 1990: 284).

As implementações impostas aos salários, apesar de prejudicar a grande maioria dos trabalhadores, não encontrou "obstáculos" a sua implantação, pois nesse período a sociedade brasileira era "vítima" do regime militar, ou seja, estava sob um governo autoritário, e o Estado intervia de maneira ante-democrática nos sindicatos existentes. Assim, "os defensores dos assalariados", perdiam suas características reivindicatórias e as negociações entre empregados e patrões, dependiam de forma crescente do "sim" governamental.

Ao analisarmos a política salarial no período do "Milagre", podemos dizer que durante os anos de 1968 a 1973, vigorou a sistemática estabelecida pela Lei 5.451, na qual os salários eram corrigidos anualmente de forma a recompor o salário real médio dos últimos 24 meses acrescidos da taxa de produtividade do último ano. Adicionando-se a isso, um acréscimo salarial (o resíduo inflacionário) visando compensar o declínio salarial nos doze meses seguintes ao reajuste, em virtude do acirramento inflacionário. Os erros na estimativa do resíduo inflacionário deveriam ser revertidos pelo fator de correção do resíduo. Lembrando que esses erros potenciais ocasionou perdas salariais reais. Portanto, podemos verificar que a política salarial do "Milagre" funcionou basicamente, com as mesmas regras estabelecidas quando da implantação do PAEG, no governo anterior.

Ao fazermos uma análise mais específica dessa política no período do "Milagre", podemos verificar que:

- a) o mecanismo de reajuste pela média reduziu o salário real (quando confrontado com o mês da data-base anterior), especificamente quando ocorreram previsões errôneas de resíduo

inflacionário. O resíduo inflacionário objetivava a manutenção do poder de compra do assalariado;

- b) O uso de índices no cálculo do salário real médio, estabelecido pelo Governo, acarretou a redução do poder dos Sindicatos e Tribunais, uma vez que não poderiam utilizar outros indicadores, se não àqueles definidos pelo Governo;
- c) O reajuste incidia apenas sobre os últimos doze meses e, como o salário médio real é determinado, considerando os vinte e quatro meses anteriores a data-base, os trabalhadores perderam significativamente (CASTRO, 1992: 14 e 16).

Além disso como podemos verificar na Tabela 10, o fator de correção salarial ficou durante todo o período que estamos estudando, abaixo dos índices de custo de vida, tanto do DIEESE como da FGV.

Um outro problema, que detectamos quando dos reajustes salariais adotados é o termo produtividade (quociente entre a produção e o tempo de trabalho necessário para obtê-la). Pois esse termo produtividade é determinado sobre diversas circunstâncias, sendo assim, nem sempre a produtividade adotada no cálculo "espelha" o índice real, podendo ocorrer perdas para o trabalhador.

TABELA 10 - Variação do custo de vida na data de decretação dos fatores de correção do resíduo inflacionário.

Período	A	B	C
1967/68	24,45	21,05	21,45
1968/69	23,93	21,12	21,02
1969/70	17,12	22,05	21,26
1970/71	26,50	21,43	21,35
1971/72	17,52	16,26	17,81
1972/73	26,60	11,90	15,26
1973/74	33,02	30,50	22,94

Fontes: Extraído de DIEESE, 1975: 31.

A = Variação do custo de vida DIEESE

B = Variação do custo de vida FGV

C = Variação do índice de custo de vida segundo os fatores de correção.

É muito difícil e arriscado quantificar a taxa de produtividade do trabalho para a economia em um sentido global (do país), pois temos variações em diversos fatores como: a empresa, a região, a classe trabalhadora etc. No entanto, um indicador de produção global bastante usado é a variação do PIB *per capita*. Entretanto, a produtividade (oficial) adotada no período do "Milagre" para os reajustes salariais, ficou abaixo da variação do PIB *per capita* do período.

Portanto, os ganhos de produtividade não foram absorvidos pela força de trabalho, o que nos leva a crer que havia uma concentração funcional da renda em favor do capital. Logo, os assalariados (força de trabalho) perderam quando dos reajustes colocados pelo Governo.

5. Conclusões Preliminares

Contudo a Lei salarial, assim como, as demais relações trabalhistas no período do "Milagre" foram bastante restritivas. Assim como foi verificado neste capítulo, ao contrário das políticas expansivas adotadas, como a política monetária, fiscal e cambial o Governo no período do "Milagre" impôs uma política salarial restritiva e prejudicial a grande maioria da sociedade, o que ocasionou várias conseqüências "infelizes" a sociedade, como veremos nos resultados das políticas do "Milagre", que será analisado no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

OS RESULTADOS DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS

Neste capítulo procuraremos mostrar de uma maneira geral, quais foram os resultados das políticas adotadas no período do "Milagre" tanto no âmbito da produção como no aspecto social vivenciado pelos brasileiros naquele período.

Como podemos verificar ao longo deste capítulo as políticas "impostas" pelo Governo Federal foram benéficas no que diz respeito ao crescimento da produção do país, entretanto no tocante ao social, foram prejudiciais, tanto a maioria da população que vivia naquele período, como também, as gerações "futuras", pois ainda hoje sentimos "na pele" as conseqüências daquelas políticas.

1. PIB

Como já foi mencionado anteriormente neste trabalho e como podemos verificar na Tabela 11, beneficiando-se de uma conjuntura econômica internacional bastante satisfatória, as políticas econômicas do Governo foram eficazes no tocante ao crescimento do PIB. As políticas expansionistas monetárias e especialmente creditícia proporcionaram um crescente aumento do PIB brasileiro, pois o nosso PIB médio passou de 9,8% em 1968 para 14% em 1973 quando atingiu o seu auge. Este crescimento foi verificado em praticamente todos os setores, com destaque para o setor industrial.

TABELA 11 - Taxas de crescimento do PIB, no período de 1968 a 1973.

Ano	PIB (%)
1968	9,8
1969	9,5
1970	10,4
1971	11,3
1972	12,1
1973	14,0

Fonte: ABREU, 1990: 399-408.

O setor industrial contribuiu de uma maneira significativa para a elevação da taxa do PIB brasileiro. Assim, a indústria de transformação cresceu à taxa média de 13,3% a.a., quando atingiu o seu crescimento máximo, no ano de 1973, com uma taxa de 16,6%. Um outro setor que cresceu, ainda mais, foi a indústria de construção, com uma taxa de 15% a.a., o que contribuiu bastante para o desempenho da economia brasileira, uma vez que esse setor é um grande absorvedor de mão-de-obra. Os demais serviços industriais de utilidade pública, também cresceram, com uma taxa em torno de 12,1%, destacando-se nesses serviços a geração de energia elétrica.

Ao verificarmos o setor primário da economia, apesar de ficar estagnado nos anos de 1968 e 1973, houve crescimento satisfatório entre 1969 e 1972. Ao observarmos o setor primário durante todo o período em estudo, esse cresceu à taxa de 4,5%, bastante superior ao crescimento da população no período do "Milagre", que foi de 3% a.a. O crescimento do setor primário deveu-se ao grande volume de crédito liberado pelas autoridades monetárias, a taxa subsidiadas. Podemos destacar, ainda nesse setor, o surgimento da soja como um produto importante nas exportações brasileiras. Houve também nesses anos, um processo acentuado de mecanização do setor agrícola e isso provocou efeitos positivos na indústria, pois a demanda do setor agrícola por máquinas evoluiu.

Ao estudarmos o setor terciário, podemos dizer que, como os demais setores colocados anteriormente, esse também teve um crescimento importante, uma vez que o comércio cresceu em média 11,1% a.a., e o setor de transporte e comunicação cresceram a uma taxa superior a 13% a.a.

O setor industrial, o que mais cresceu durante o "Milagre", beneficiou-se também do aumento das exportações dos produtos manufaturados, com destaque para o setor têxtil e calçados. Assim, segundo estimativas, o aumento de 8% das vendas industriais deveu-se ao aumento das exportações de manufaturados. No entanto, esse dinamismo do setor industrial verificado no período em estudo, ocorreu principalmente devido à demanda local, incentivada pelas políticas governamentais, como empréstimos barato, financiamento agrícola etc. A procura feita pelo setor rural ao industrial, provocou forte aumento na produção de tratores, de colheitadeiras, combinados automotrizes e de caminhões (ABREU, 1990: 239-240).

Logo com um crescimento verificado em todos os setores da economia, o resultado do PIB brasileiro nesse período, foi o determinante do nome "Milagre".

2. Inflação

Conforme colocamos anteriormente, o objetivo central das políticas econômicas do período em estudo, era o crescimento econômico, deixando em segundo plano a redução da inflação. Entretanto podemos verificar na Tabela 12, que essas políticas conseguiram seu objetivo no tocante a inflação, pois o Governo admitia conviver com uma inflação entre 20 e 30% o que foi plenamente conseguido. Apesar de não apresentar uma redução abrupta na taxa de inflação, como ocorreu no PAEG, a inflação no "Milagre", mostrou-se em ritmo decrescente.

TABELA 12 - Taxas da inflação, no período de 1968 a 1973.

Ano	IGP-DI (%)
1968	24,8
1969	18,7
1970	18,5
1971	21,4
1972	15,9
1973	15,5

Fonte: Conjuntura Econômica, extraído de VASCONCELOS, 1999: 260

Como a equipe de Delfim Netto enfatizou o crescimento econômico, com o término do Governo Castelo Branco, o combate à inflação deixou de ter ganhos expressivos, como no período do PAEG.

Assim, no ano de 1968, quando houve a introdução da política de minidesvalorizações cambiais e onde foi verificado uma política de salário como teor menos restritiva, e controle de preços compulsório, as taxas de inflação verificadas nesses anos, foram em torno de 25%, ou um pouco menos, tanto a inflação média, como a de fim de período. Uma vez que o crescimento brasileiro estava a uma taxa alta, adicionando-se a isso, tínhamos uma grande demanda a nível geral, logo esses problemas não contribuíram para a redução da taxa de inflação.

Já em 1969, apesar do crescimento econômico brasileiro continuar elevado, tivemos uma política de combate a inflação mais ativa, pois reduziu-se de 24,8% (1968) para 18,7% (Tabela 12). Tivemos nesse ano uma escassez de produtos agrícolas, resultado negativo do setor agrícola em 1968, isso teve impacto insatisfatório no custo de vida, logo foi um

obstáculo a mais para que ocorresse uma maior redução da inflação. Entretanto, houve um maior esforço por parte do Governo, no tocante à expansão monetária e ao déficit público, pois a partir desse ano, o Governo passou a financiar o déficit de caixa da União, através de títulos públicos e isso contribuiu para a redução das pressões inflacionárias, no ano de 1969 e 1970.

Quando passamos a analisar o ano de 1971, verificamos que a taxa de inflação voltou a crescer, pois passou de 18,5% em 1970, para 21,4% em 1971 (Tabela 12). Praticamente todos os indicadores mostraram tendência ascendente, como por exemplo o índice do DIEESE, que informou uma taxa de 20,3%.

No ano seguinte (1972) a inflação voltou a recuar. Essa redução é confirmada praticamente por todos os índices, pois a inflação média, conforme a Fundação Getúlio Vargas, oscilou entre 16,4% e 17,7% e o indicador do IPE informou uma redução para 18,1%. Mas, a partir do segundo semestre desse ano, a utilização da capacidade colocada no setor industrial, tenderia ao máximo e mais uma política monetária expansionista, contribuíram para o insucesso da redução da inflação, ou pelo menos para deixá-la estabilizada. Sendo assim, a partir de 1973, a inflação voltou a crescer (ABREU, 1990: 246-247).

Apesar dos ganhos de combate a inflação não ter sido muito expressivo, como no governo de Castelo Branco, as políticas do "Milagre" conseguiram, de uma maneira geral, reduzir a inflação. Porém, o forte crescimento da economia pressionou a elevação dessa taxa, pois no final do período estudado, 1973 (ano de maior crescimento do PIB com 14%), a taxa de inflação naquele ano era de 26,6% segundo ICV do Rio de Janeiro, ou 19,3%, considerando os dados do IGP-DI, dados divulgados pelo próprio governo posterior ao "Milagre", na palavra do então ministro da fazenda, Mário Henrique Simonsen. No entanto, o governo com o intuito de não aumentar salários divulgou dados diferentes em 1973, ou seja, a taxa de inflação divulgada foi de 15,5% (Tabela 12).

3. Balança Comercial

Ao examinarmos a balança comercial durante o período em estudo (1968-1973), podemos verificar que, graças aos incrementos colocados pelo Governo nas transações comerciais com os outros países, essa de uma maneira geral apresentou-se positiva.

O Governo como já colocado anteriormente, investiu e diversificou nossos produtos para aumentar a exportação. O país não dispunha de bens de capital suficiente para atingir seu objetivo, o crescimento econômico, conseqüentemente necessitaria importar produtos e para

que nossa balança comercial não tornasse deficitária, nesses anos, a melhor maneira para resolver esse problema era aumentar as exportações, a fim de neutralizar o acréscimo do volume com importações. Assim, podemos verificar na Tabela 9, que apesar de nossas importações serem crescente de 68 a 73, o saldo da balança comercial foi, com exceção de 71 e 72, positivo, pois nossas exportações também cresceram progressivamente, enquanto nós exportávamos US\$1.888 milhões em 1968 esse valor passou para US\$6.199 milhões em 1973.

Assim, tivemos um superávit entre os anos de 1968 e 1970, em virtude do aumento da produção para exportação, sem a necessidade de mais investimentos, ou seja, sem precisar aumentar as importações. Nos dois penúltimos anos do período do "Milagre", esse quadro modificou-se, pois para continuarmos "crescendo" era necessário ampliar as importações e assim, o saldo da balança comercial tornar-se-ia negativa, voltando a equilibrar-se em 1973.

Os produtos manufaturados contribuíram bastante para o desempenho favorável das exportações. A participação desses produtos no valor total da exportação passou de 16,8% em 1966, para 31,3% em 1973. Esse crescimento deveu-se as diversas empresas multinacionais, que começaram a aumentar suas atividades no período do "Milagre". Tivemos ainda, a contribuição dos produtos primários, que corresponderam uma boa parte da elevação do valor exportado, destacando os produtos de soja, que teve sua participação no total aumentado de 1,9% em 1967-68, para 14,8% em 1973, último ano do "Milagre". Porém, em anos específicos, podemos citar como exemplo de produtos que favoreceram as exportações, o algodão, a carne, o açúcar e até o milho. Por outro lado, podemos citar o café, que teve sua participação no total, declinado de 42% em 1967-68, para 27,8% em 1972-73 (ABREU, 1990: 275-276).

Convém lembrar que o crescimento rápido e diversificado das exportações ocorreu principalmente devido a estímulos específicos. Por exemplo, para os produtos manufaturados, foi criado o sistema de crédito-prêmio de Imposto de Produtos Industrializados e de Imposto sobre Circulação de Mercadoria, assim os exportadores recebiam como "prêmio" o valor desses tributos, quando da produção para o mercado externo. Nesse período (1968/73), foi criado também, um sistema de crédito subsidiado para a produção de manufaturados exportáveis. Enfim, as medidas de estímulo à exportação, representavam na prática um câmbio diferencial em favor do exportador (TAVARES, 1985: 31).

As importações também foram necessárias, para que houvesse o crescimento. A importação de máquinas e equipamentos aumentaram de US\$907,7 milhões em 1970, para US\$2,142.5 milhões no último ano do "Milagre", além disso como a produção interna do

petróleo bruto não evoluiu, e o Brasil necessitava de diferentes matérias-primas e bens intermediários, o valor das importações também cresceu consideravelmente. Entretanto, as exportações sobressaíram-se, e assim, conseguimos uma balança comercial com saldo positivo no período estudado.

4. Formação Bruta de Capital Fixo

As políticas econômicas adotadas no período do "Milagre", obtiveram resultados positivos no que diz respeito a formação de capital visto que a participação da formação bruta de capital fixo, no Produto Interno Bruto, depois de permanecer no nível médio de 15,2% durante os anos de estabilização (1964-66), teve sua participação crescente no período em estudo, pois como podemos verificar na Tabela 13, enquanto no período de 1968 a 1970, essa participação era de 18,9%, nos dois últimos anos do "Milagre" (1971-1973), sua participação representava 20,5%, alcançando assim os objetivos das políticas governamentais.

TABELA 13 - Formação bruta de capital fixo (% do PIB), no período de 1968 a 1973.

Ano	Capital Fixo Bruto
1968	18,7
1969	19,1
1970	18,8
1971	19,6
1972	20,2
1973	21,4

Fonte: ABREU, 1990: 399-408.

A formação Bruta de Capital Fixo, beneficiando-se da estagnação ocorrida na indústria, em 1962-67, que alcançou cerca de 25% a.a., conseguiu crescer no período do "Milagre" a uma taxa de 8,3% a.a., enquanto o crescimento da indústria, no mesmo período, correspondia a 14,5% (BAER, 1996: 92). Assim, segundo dados do IBGE, ao verificarmos a formação de capital, a preços constante de 1980, observamos um crescente aumento, pois enquanto em 1971 correspondia a 15,3%, já no ano de 1973 esse crescimento era de 21% (ABREU, 1990: 242). Esse processo no período do "Milagre" foi significativamente influenciado pela política industrial iniciada em 1964, sobre o gerenciamento do CDI

(Comissão e depois Conselho de Desenvolvimento Industrial). Essa política, no período em estudo (1968-73) foi beneficiada pela concessão indiscriminada de incentivos industriais, uma vez que o CDI, aprovava a maioria dos projetos requeridos, ocasionando assim, um atraso na produção interna de bens de capital e o conseqüente prolongamento da dependência externa.

Apesar da retomada gradual dos investimentos privados após 1967, estimulados pela política econômica, o grande investidor no Brasil, no período do "Milagre", foi o setor público. As políticas do "Milagre" promoveram o aumento, por parte do Estado, na participação da formação interna de capital, através da realização de investimentos substanciais, tanto em infra-estrutura como em indústrias de base. O Setor público objetivava fomentar o investimento privado oferecendo a esse, economias externas baratas e gerando demanda. Apesar de destacarmos também os investimentos externos, foi a política de investimentos do governo adotada no período em estudo, o fator impulsionador do crescimento global da economia e em particular da indústria de bens de capital, lembrando que esses investimentos vieram do próprio Estado, ou via empresas estatais, pois essas tiveram grande participação nos investimentos daquele período. Ao considerarmos os investimentos gerais das principais empresas estatais, verificamos que, entre os anos de 1966 a 1975, os dois principais setores aos quais se destinaram os investimentos foram o de energia elétrica com 55% dos investimentos em 1966-69 e 43% do total entre 1970-75, e o de petróleo e petroquímica, com respectivamente, 19 e 21%. As ferrovias mantiveram uma participação constante de 12% e as telecomunicações tiveram seus investimentos aumentados de 6% para 9% do total. O aço teve sua participação dobrada de 4% em 1966-69 para 9% em 1970-75 e enquanto a mineração passou de 4 para 6% (ABREU, 1990: 244).

Contudo, podemos dizer que as políticas econômicas do "Milagre", foram positivas, em tratando-se da formação de capital fixo, pois foi, principalmente, através do Estado, que tivemos investimentos capazes de proporcionar o crescimento econômico do Brasil durante os anos em estudo.

5. Dívida (Interna e Externa)

O país não dispunha de poupança capaz de "patrocinar seu crescimento. Portanto para que houvesse esse crescimento, a política adotada era incentivadora para os empréstimos e financiamentos. Sendo assim, os resultados dessas políticas no que se refere a dívida foram desastrosos, pois o endividamento do país tanto interno, como externamente, evoluiu em todo o período do "Milagre".

5.1. Dívida Interna

Ao estudarmos a dívida interna no período de 1968 a 1973, verificamos que a equipe econômica de Delfim foi beneficiada pelas reformas implementadas no Governo Castelo Branco, onde o PAEG, conseguiu recuperar a credibilidade da dívida pública federal, desse modo, a dívida interna federal, em títulos apresentou-se crescente durante todos os anos do "Milagre".

Pois, a dívida interna, seguiu os "passos" do nosso PIB, ou seja, a cada ano essa dívida evoluía. Assim, enquanto em 1968 a dívida interna representava 3,5% do PIB, no último ano do "Milagre", essa dívida já atingia 8% do PIB (Tabela 14). Podemos ainda, verificar que essa dívida era inversa a taxa de inflação do período, pois enquanto tínhamos um crescimento na dívida do país, a nossa inflação apresentava-se em declínio e ou estacionada.

TABELA 14 - Dívida interna federal (% PIB), no período de 1968 a 1973.

Ano	Taxa anual de Inflação (1)	Dívida Interna Federal/PIB (2)
1968	25,4	3,3
1969	20,2	3,2
1970	19,2	4,4
1971	19,8	5,9
1972	15,5	7,5
1973	15,7	4,3

Fonte: (1) Extraído de BRUM, 1990: 163.
(2) ABREU, 1990: 407 e 412.

5.2. Dívida Externa

A dívida externa brasileira já é vista como uma "doença crônica", no entanto as políticas econômicas do "Milagre", resultaram no aumento significativo de nossa dívida externa, pois como citou Sérgio Goldenstein³ em seu livro, a dívida Externa Brasileira, "à arrancada do país correspondeu a arrancada da dívida externa".

³ GOLDENSTEIN, Sérgio - A dívida Externa Brasileira, 1986: 99-100.

As políticas do ministro Delfim resultaram em um superendividamento do país, pois como podemos verificar na Tabela 15, nossa dívida externa aumentou em mais de 300%. Assim, no ano de 1968 representava US\$3.916 milhões evoluindo a cada ano para atingir os US\$12.571 milhões, no fim do ciclo expansivo da produção.

TABELA 15 - Dívida externa (US\$ milhões) a médio e longo prazo, no período de 1967 a 1973.

Ano	Div.	Div/PIB	Aux. Desenv. e		Financiamento		Dívida em moeda	
	bruta em 31/12	(%)	emprest. e valor	compens. (%)	importações valor	(%)	valor	(%)
1967	3.372	11,8	1.219	36	1.386	41	670	20
1968	3.916	11,4	1.116	28	1.653	42	1.104	28
1969	4.403	11,4	879	20	1.920	44	1.605	36
1970	5.295	11,9	935	18	1.709	32	2.285	43
1971	6.622	12,7	923	14	2.201	33	3.193	48
1972	9.521	15,7	758	8	2.784	29	5.528	58
1973	12.571	17,3	959	8	3.487	28	7.848	62

Fonte: BACEN extraído de GOLDENSTEIN, 1986: 98.

Uma importante observação é que esse endividamento não correspondia as transações comerciais, pois quem mais contribuiu para a evolução da dívida externa foram os empréstimos em moeda, que no período em estudo representou 75% do crescimento total da dívida.

Logo o país endividou-se mais que o necessário, uma vez que o crescimento da dívida externa nesses anos correspondeu a US\$9.615 milhões, ultrapassando em muito o montante para cobrir o saldo devedor da balança de pagamento.

Um outro ponto a ser destacado é o crescimento das reservas internacionais, pois como podemos verificar na Tabela 16, enquanto no ano de 1968 tínhamos um total de 257 milhões de dólares, no ano de 1973 esse valor passou para 6.461 milhões de dólares. Isso representou para o Governo um resultado positivo de suas políticas, uma vez que achava esse acúmulo excessivo de reserva, um indicador positivo da saúde financeira do país. Entretanto, alguns economistas pensavam o contrário, esse excesso de reservas era um aspecto negativo para o país, porque estava acima do necessário. Pois o mercado financeiro internacional se apresentava com ampla liquidez, não sendo necessário o acúmulo excessivo; o Governo dizia-

se beneficiar pelas baixas taxas de juros, no entanto, os contratos eram feitos a taxas de juros flutuantes, assim podia subir a qualquer tempo e um outro ponto era que esse enorme volume de reserva proporcionava uma expansão na base monetária a níveis não desejados no âmbito econômico.

Logo, o superendividamento do Brasil, não aconteceu por acaso. Ele não foi o resultado de gerenciamento incorreto das autoridades monetárias, nem o fruto de uma política consciente de acúmulo das reservas de câmbio. Esse endividamento correspondeu ao produto da economia de endividamento internacional aplicada pelo Brasil, no período em estudo (GOLDENSTEIN, 1986: 104-105).

Esse endividamento agravou-se ainda mais, devido a recessão americana, ocasionando a elevação das taxas de juros, além disso, tivemos o choque do petróleo, onde no final de 1973, houve a quadruplicação dos preços desse produto.

Contudo, podemos dizer que a política de endividamento externo adotada no "Milagre" foi um fato negativo resultante das políticas econômicas.

TABELA 16 - Evolução das reservas no período de 1968 a 1973

Ano	Reservas (US\$ milhões)
1968	257
1969	655
1970	1.187
1971	1.723
1972	4.185
1973	6.417

Fonte: BACEN extraído de GOLDENSTEIN, 1986: 103.

6. Salários

Ao enfatizar os salários dos brasileiros no período estudado, observamos que a política do Governo foi uma verdadeira "máquina" de redução dos salários em termos reais.

Uma pequena fração dos assalariados que fazia parte dos gestores da economia, como engenheiros, economistas, administradores, analistas de sistemas, dentre outros, foram beneficiados com a política salarial vigente, pois passaram a receber altos salários. Entretanto,

a grande maioria da classe trabalhadora foi vítima do arrocho salarial, pois o reajuste dos salários geralmente apresentavam índices inferiores aos índices inflacionários. Sendo assim, excluídos dos frutos do crescimento econômico, apesar de fazer parte da coletividade que o proporcionou. Isso contribuiu para a concentração de renda no período, que será melhor estudado posteriormente.

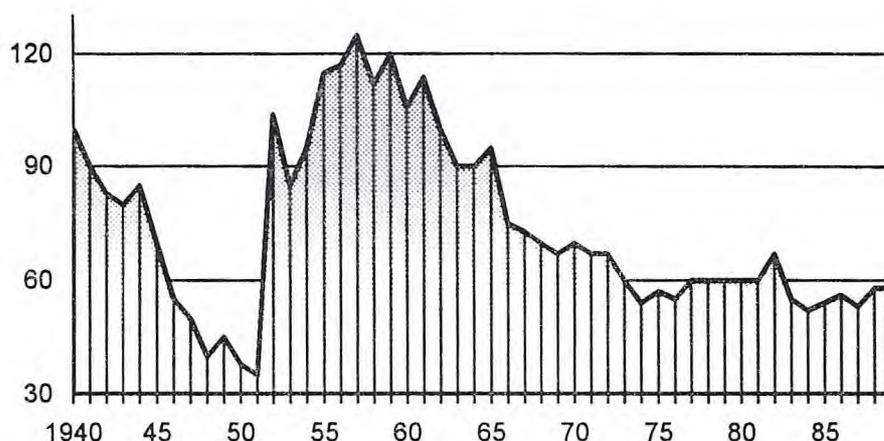
Como podemos verificar na Tabela 17 e na Figura 3, o salário mínimo sofreu um decréscimo em praticamente todo o período.

TABELA 17 - Evolução do salário mínimo no período de 1959 a 1976 (Cr\$).

Ano (jan.)	Salário Mínimo Real	Índice de Salário Real
1959	1.735,29	100
1960	1.204,03	69
1961	1.475,00	85
1962	1.406,38	81
1963	1.304,35	75
1964	724,14	42
1965	840,00	48
1966	849,42	49
1967	744,02	43
1968	737,88	43
1969	732,62	42
1970	724,91	42
1971	723,90	42
1972	690,96	40
1973	681,37	39
1974	623,63	36
1975	600,35	35
1976	590,49	34
Março de 1976	532,80	31

Fonte: DIEESE, extraído de BRUM, 1990: 160

FIGURA 3 - Evolução do salário mínimo real no período de 1940 a 1989, índice 100 em 1940, ano de sua implantação.



Fonte: IBM Brasil; deflator: IGP, extraído de BRUM, 1990: 161.

Apesar do salário ter aumento, esse reajuste não impedia a perda do poder aquisitivo, por parte dos trabalhadores, pois como já citamos anteriormente esses reajustes eram bem abaixo dos índices inflacionários (esses índices muitas vezes eram alterados, prejudicando os assalariados). Além disso, o índice de produtividade incluído nos reajustes não espelhavam a realidade (Tabela 18). Ao analisarmos, por exemplo, o ano de 1968, verificamos que o índice de produtividade é de 6,2, no entanto o índice de (2,0) usado para o cálculo dos salários é menor, ocasionando uma perda de 4,2.

Ao citarmos como exemplo a cidade de São Paulo, maior concentração de trabalhadores do país, segundo informações do DIEESE, o salário mínimo real atingiu o nível mínimo em 1969, com uma perda de 22,2% de seu poder de compra, com relação ao ano de 1964. Conseguindo uma pequena recuperação até 1973, voltando a cair em 1974. Assim, o salário mínimo real sofreu uma perda de valor aquisitivo 42% entre 1964 e 1974. Nos anos de 1964/66, com implantação do PAEG, a perda fora de 25,2%, enquanto no período de 1967 a 1973, essa perda representou 15,1% (LACERDA, 2000: 115-116).

TABELA 18 - Diferença ente índice de produtividade e aumento real do salário, no período de 1968 a 1973.

Ano	Índice de Produt. Real	Índice para cálculo dos aumentos salariais	Diferença
1968	6,2	2,0	4,2
1969	5,9	3,0	2,9
1970	6,4	3,5	2,9
1971	8,1	3,5	4,6
1972	7,2	3,5	3,7
1973	8,4	4,0	4,4

Fonte: Ministério do Planejamento, IPEA, Diário do Congresso Nacional de 29 de setembro de 1974, p. 3.964. Publicado *in* Franco Montoro, Da "Democracia" que Temos para a Democracia que Queremos. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1974, p. 6., extraído de BRUM, 1990: 161.

Apesar de termos um crescimento na massa salarial, em virtude do aumento de emprego, e criação de novos postos de trabalhos, o salário real do trabalhador reduziu, o que proporcionou o aumento da pobreza, uma vez que o custo com alimentação, aluguel e transporte subiu. Em contrapartida via-se a redução dos preços relativos dos eletrodomésticos e dos automóveis, produtos que não faziam parte "da cesta" da maioria da população brasileira.

Portanto, as políticas do "Milagre" foram perversas com a grande classe assalariada, uma vez que não contribuíram para uma melhoria do nível social dessa classe, seja no tocante aos salários como também, em outras leis trabalhistas, pois esses trabalhadores, eram proibidos até de manifestar-se contra os patrões, graças ao Estado Autoritário e injusto, com a grande maioria.

7. A Questão Social e a Distribuição de Renda

A grande crítica feita ao milagre, enfatiza os aspectos sociais, pois como explica-se num período de tão grande crescimento de nosso PIB, não ter existido uma melhora na vida social da população. Os resultados das políticas do "Milagre" corresponderam a contradição entre crescimento e desenvolvimento, pois enquanto via-se um grande crescimento do PIB brasileiro não observou-se ao igual desenvolvimento de sua população. Pois o que se verificou durante o "Milagre" foi uma grande concentração de renda e o empobrecimento da

maioria dos brasileiros, fato esse conhecido até mesmo pelas autoridades governantes, pois falavam que "a economia ia bem, mas o povo ia mal".

A sociedade brasileira no período podia ser dividida em duas classes: 1) uma pequena classe, aqui representada pelos executivos e gerentes das grandes empresas públicas e privadas, detentores de altos salários e padrão de vida de nível internacional e adicionando-se a essas a nova classe média urbana, ligada aos modernos esquemas de comercialização e ao sistema financeiro; 2) a outra parte era representada pela grande maioria dos trabalhadores, assalariados ou informais, ou seja, o restante da população. No entanto, a renda era distribuída de maneira inversa, assim a pequena maioria ficava com a maior parte, enquanto que a grande maioria recebia "as migalhas" dessa renda.

Como podemos analisar na Tabela 19 a participação dos 40% dos que pertencem aos grupos de renda mais baixo, no tocante a renda nacional, foi alterado de 11,2% em 1960 para 9% em 1970, período do "Milagre". Por outro lado, os 5% mais ricos, aumentaram sua participação de 27,4% em 1960 para 36,3 em 1970. Isso comprova que a "teoria do bolo", não funcionou, pois o bolo deveria crescer para depois ser distribuído, no entanto, o bolo realmente cresceu, mas apenas a elite participou da festa.

A grande maioria dos brasileiros, não participou dos frutos do crescimento econômico e lutava para sobreviver com um salário real decrescente e preços ascendentes (preços essenciais as famílias). Em cada família via-se aumentar o número de membros na força de trabalho, para conseguir pagar a mesma cesta de subsistência (Tabela 20).

As políticas de Delfim resultaram em uma sociedade aniquilada, pois como citou Maria da Conceição Tavares⁴ "a paisagem social desoladora absoluta, no campo e nas grandes cidades, era a contraface da expansão do mercado interno e externo, do endividamento acelerado e da exacerbação das aspirações de consumo e de sucesso que embriagavam as mentes das novas classes médias".

⁴ TAVARES, Maria da Conceição - O Grande Salto para o Caos, 1985: 41

TABELA 19 - Variações na distribuição de renda, no período de 1960 a 1970.

	$\Delta\%$		Renda per capita em US\$	
	1960	1970	1960	1970
40% mais baixos	11,2	9,0	84	90
Próximos 40%	34,3	27,8	257	278
Próximos 15%	27,0	27,0	540	720
40% mais altos	27,4	36,3	1.645	1.940
Total	100,0	100,0	300	400

Fonte: Calculado a partir do IBGE, *Censo Demográfico*, 1970, extraído de BAER, 1996: 95.

TABELA 20 - Ração essencial⁵ mínima, tempo necessário para aquisição e média anual (1865 = 100).

Ano	Tempo de Aquisição	Índice
1968	101 horas 35 minutos	115,1
1969	110 horas 23 minutos	125,1
1970	105 horas 13 minutos	119,2
1971	111 horas 47 minutos	126,6
1972	119 horas 08 minutos	135,0
1973	147 horas 04 minutos	166,6

Fonte: DIEESE - Extraído de CASTRO, 1992: 26.

Com o fim da estabilidade no emprego, houve um grande rodízio de mão-de-obra, nas fábricas, a idade de mais de 70% dos trabalhadores variava entre os 18 e 24 anos. Adicionando-se a isso, observou-se um agigantamento do mercado de trabalho informal.

Registrou-se também, um acréscimo dos acidentes de trabalho, ocasionados pela elasticidade das horas trabalhadas, ou seja, horas extras e a grande intensidade do trabalho.

A distribuição da renda pode ser analisada sob dois aspectos: distribuição funcional da renda; referindo-se a distribuição da renda segundo os fatores de produção: terra, capital e

⁵ A ração essencial compõe-se dos seguintes produtos e respectivas quantidades mensais: carne 6,0Kg; leite 7,5 L; feijão 4,5 kg; arroz 3,0 kg; farinha de trigo 1,5 kg; batata 6,0 kg; tomate 9,0 kg; pão 6,0 kg; café (pó) 0,6 kg; banana 7,5 dúzias; açúcar 3,0 kg; banha 0,75 kg; manteiga 0,75 kg.

trabalho e distribuição Pessoal da Renda, referindo-se a distribuição feita entre indivíduos e ou entre famílias. O nosso enfoque restringe-se a distribuição pessoal da renda.

Como já descrevemos anteriormente, os resultados das políticas do "milagre" foram bastante concentradoras de renda em termos de salários, porém a distribuição de renda pode ser feita via política pública. Assim, os indivíduos se beneficiam de uma renda real indireta, referente a melhoria/aumento dos serviços gratuitos fornecidos pelo Estado, como: Educação, Saúde e Infra-estrutura.

Porém, excetuando-se os aspectos ligados a infra-estrutura, onde se verificou melhora, as políticas governamentais não contribuíram para uma melhor distribuição de renda, pois como podemos verificar na Tabela 21, os gastos do Governo com saúde e educação, no período do "Milagre", foram decrescente no decorrer dos anos.

TABELA 21 - Percentagens do orçamento nacional alocadas aos Ministérios da Saúde e da Educação, no período de 1968 a 1973.

Ano	Saúde	Educação
1968	2,71	7,74
1969	2,59	8,69
1970	1,79	7,33
1971	1,53	6,78
1972	1,24	5,62
1973	1,09	5,21

Fonte: Senador Franco Montoro, Da "Democracia" que Temos Para a Democracia que Queremos (Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra 1974), p. 67. Extraído de ALVES, 1984: 155.

Os Custos do Governo com a Educação, concentrou-se nos níveis elevados, ou seja, no treinamento de técnicos capazes de proporcionar o crescimento econômico. A educação da população em geral foi "esquecida", as verbas destinadas a esse setor era muito pequena. No ano de 1973, por exemplo, auge do "Milagre", o Governo só destinou ao Ministério da Educação e cultura (MEC) apenas 5,21% do orçamento total do país (Tabela 21), proporcionando assim, o crescimento do analfabetismo.

O outro ponto é o setor saúde, onde no ano de maior crescimento de nosso PIB, 1973, só recebeu 1,09% do orçamento total (Tabela 21), ocasionando assim um agravamento das condições de saúde da maioria da população, onde foi verificado epidemias, como a meningite e o acréscimo das taxas de mortalidade infantil.

Portanto, as políticas resultantes do "Milagre" no que diz respeito a questão social e a distribuição de renda, não foram satisfatórias, pois como mostramos neste trabalho, os aspectos sociais não obtiveram o mesmo desempenho, visto no setor produtivo.

8. A Crise do "Milagre"

As políticas econômicas do "Milagre" conseguiram um significativo crescimento econômico para o Brasil, durante os anos de 1968 a 1973. Entretanto, esse ritmo de crescimento não foi possível nos anos posteriores ao "Milagre".

A recessão mundial e o ressurgimento da inflação nas economias dos países desenvolvidos, em virtude do primeiro choque do petróleo, foram os principais obstáculos ao prosseguimento do crescimento acelerado brasileiro, além disso a economia brasileira já apresentava problemas decorrentes de fatores internos.

As indústrias de bens de consumo obtiveram o ritmo de desenvolvimento superior as indústrias de bens de capital, havendo assim, uma escassez de equipamentos e bens intermediários, onde a maior parte desses bens eram importados. Crescia a demanda por bens duráveis, no entanto a oferta não conseguia acompanhá-la.

Podemos dizer que a crise do "Milagre" já existia, desde o primeiro semestre de 1973, no entanto, graças ao regime autoritário, esse fato era escondido do povo brasileiro.

Contudo, o primeiro choque do petróleo ocorrido em outubro de 1973 e a posse do novo Governo, em março de 1974 (presidente Geisel), mostrou a amplitude da crise, ocorrida em decorrência do "Milagre". Tivemos assim, o desequilíbrio na balança de pagamentos, devido a elevação nos preços das matérias-primas. As despesas com importações, praticamente dobraram entre 1973 e 1974. Os gastos com importações de matéria-prima, incluindo o petróleo, passou de US\$3,271 milhões em 1973, para US\$8,424 milhões em 1974. O preço da tonelada de petróleo importado quadruplicou nesse período (GOLDENSTEIN, 1986: 111).

Devido ao acréscimo com as despesas de importação, tivemos o saldo da balança comercial, positiva durante o "Milagre", modificada, ou seja, passou a apresentar grandes déficits. Em 1974, o déficit comercial chegou a US\$4,690 milhões, o equivalente a 5% do PIB

brasileiro. O déficit das contas correntes aumentou em mais de 300%. Assim, a balança de pagamentos brasileira passou a ter suas despesas alteradas de US\$10,530 milhões em 1973, para US\$18,552 milhões no ano seguinte. Logo, a necessidade de financiamento em divisas da balança de pagamentos foi triplicada. Adicionando-se a isso, tínhamos as despesas do serviço da dívida externa em estado crescente, onde em 1974 e 1975, representava 40% das necessidades de financiamento da balança de pagamento (GOLDENSTEIN, 1986: 112).

Portanto, as políticas do "Milagre", foram eficazes no tocante a produção a curto prazo, porém não conseguiram que o crescimento econômico brasileiro permanecesse nos anos seguintes, não foram capazes de proporcionar uma produção auto-sustentável, sem a grande dependência do capital externo.

9. Conclusões Preliminares

Excetuando as formas negativas de como esse crescimento de nosso produto ocorreu, podemos dizer que esta foi a principal conquista das políticas adotadas. Beneficiado pelas condições favoráveis à expansão econômica criada a partir do PAEG, a equipe de Delfim começa a colher os frutos de sua política econômica. O governo recuperou o crédito no exterior e a capacidade de investir. Os grandes grupos econômicos internacionais, sentem-se seguros e incentivados a investir no Brasil. A política salarial restritiva e o autoritarismo do Estado, torna o Brasil um verdadeiro "paraíso" para o capital e os negócios, pois temos mão-de-obra barata e bem disciplinada. Com isso, temos uma elevação no ingresso do capital estrangeiro no país. O governo facilita o crédito tanto para a produção como para o consumo. Com a existência da facilidade de crédito, cresce a demanda por automóveis, a indústria cresce e moderniza, tornando-se o setor mais dinâmico da economia, enfim, o país consegue desempenhar um PIB, com taxa de dois dígitos, até então não vista pela sociedade brasileira. É o crescimento o fruto das políticas do governo. Lembrando que esse crescimento ocorreu, sobretudo pelos investimentos do Estado na economia, adicionando-se a isso, uma poupança conseguida no exterior, pois somente a poupança nacional não seria capaz de promover tal crescimento. Assim, a política creditícia associada a uma política cambial de minidesvalorização foi atraente aos investidores internacionais. Logo, a poupança interna associada com uma poupança externa e demais fatores conseguiu nos propiciar o maior PIB já visto no Brasil.

CONCLUSÃO

As políticas econômicas adotadas no período do "Milagre" representam ensinamentos sobre o binômio crescimento X desenvolvimento, pois tivemos um grande crescimento na nossa produção porém, no tocante aos aspectos sociais, os avanços não acompanharam o ritmo do crescimento econômico.

O Brasil no início dos anos 60 apresentava uma grande crise econômica, pois o crescimento, em 1963, situava-se em torno de 0,6% com uma inflação de 72,8% (Tabela 1). Entretanto, com as várias reformas feitas no governo Castelo Branco, com destaque para as reformas monetária-financeira, tributária e do setor externo, vimos que o país apesar de não apresentar alta taxa de crescimento, voltou a crescer economicamente a partir da implantação do PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), como também conseguiu reduzir a inflação de 87,8%, em 1964, para 28,8%, em 1967. Um outro fator importante foi a introdução da correção monetária, aumentando tanto a poupança como a arrecadação de tributos, uma vez que os devedores de impostos sentiam-se pressionados a pagar suas dívidas "no vencimento". Logo, as reformas feitas durante a implantação do PAEG, conseguiram estabilizar a economia e prepará-la para seu crescimento nos anos seguintes.

Beneficiando-se das reformas, e o conseqüente reequilíbrio da economia brasileira, as políticas econômicas do "Milagre", conseguiram proporcionar um grande aumento na produção, onde foi verificando uma taxa de crescimento médio do PIB, da ordem de 11% a.a. (1967/73). A política monetária implantada beneficiou, não apenas as empresas, como também aos consumidores. O governo ampliou a linha de crédito e viu-se naquele período um grande aumento da liquidez, assim a nova equipe econômica conseguiu reverter o quadro de liquidez existente, pois o governo de Castelo Branco para reduzir a inflação diminuiu o índice de liquidez. A política monetária adotada expandiu o índice de liquidez na economia, pois a taxa de crescimento dos meios de pagamento passou de 10, no quarto trimestre de 1968, para 23, em 1963 (Tabela 5).

Integrando-se a essa política, vimos que a Política Fiscal, apesar de não ter criado mais impostos, uma vez que no governo anterior foi criado um grande número de tributos, apenas teve o trabalho de manter-se ainda mais eficiente, pois foi beneficiada dos frutos conseguidos na reforma fiscal do PAEG.

Adicionando-se a essas políticas vimos que a política cambial de minidesvalorização foi muito importante para a economia, pois com essa política o governo conseguiu eliminar os riscos cambiais e os movimentos especulativos decorrentes das grandes desvalorizações, pois

a política de minidesvalorização ocorria em prazos e percentuais pequenos, além disso a política cambial era flexível conseguindo manter a paridade do poder de compra da moeda, com isso conseguimos, mesmo aumentando as importações, apresentar uma balança comercial positiva.

A política cambial associada ao estímulo dado as exportações nos proporcionou um resultado favorável da balança comercial, no período de 1967 - 1973 de US\$168 milhões.

Completando o ciclo das políticas econômicas que resultaram o "Milagre", apontamos também como fundamental a política salarial, que representou uma continuidade daquela implantada no PAEG, ou seja, os reajustes salariais eram com base na média aritmética dos salários reais dos últimos 24 meses antes da data do reajuste, o que ocasionava perdas para os trabalhadores, pois o fator de correção salarial ficou durante todo o período do "Milagre" abaixo dos índices de custo de vida, tanto do DIEESE como da Fundação Getúlio Vargas, pois ao verificarmos a taxa de variação calculada pelo DIEESE no período 1972/73, por exemplo, observamos que essa variação foi de 26,6%, enquanto a variação oficial era de apenas 15,26% (Tabela 10).

Portanto, excetuando a política salarial, que contribuiu para a concentração de renda, as demais políticas econômicas implantadas por Delfim Neto, foram vitoriosas, pois a continuidade de eficiência na arrecadação dos impostos associada com as políticas de expansão da liquidez e do crédito mais ainda a política cambial, proporcionaram ao país numa taxa de crescimento econômico até então não visto em nossa história (em média 11,1% a.a., Figura 1).

As políticas econômicas do "Milagre" obtiveram resultados positivos e negativos. Quando verificamos os resultados pelo lado da produção e no tocante a infra-estrutura do país, podemos dizer que a intervenção do Estado na economia durante o período estudado foi a grande propulsora do crescimento econômico, pois os investimentos públicos diretos e ou via empresas estatais, associada a uma poupança externa, uma vez que nossa poupança interna era pequena, conseguiram altas taxas de crescimento econômico. O PIB cresceu durante todos os anos em estudo, onde atingiu no ano de 1973 uma taxa de 14% a.a. Apesar de termos aumentado nossas importações, a nossa balança comercial foi positiva pois houve no período incentivos e financiamentos "baratos" para a agricultura, onde eram encontrados os principais produtos exportáveis.

O setor agrícola conseguiu crescer a uma média anual de 4,7%, lembrando que esse crescimento está mais associado aos produtos para exportação. Essas políticas também proporcionaram um aumento na formação bruta de nosso capital fixo, pois enquanto no

governo de Castelo Branco, o capital fixo em relação ao PIB representava uma média de 15,2%, nos dois últimos anos do "Milagre", essa participação já representava 20,5% conforme foi observado no capítulo III, e isso foi muito importante tanto para àquele período, como para os anos seguintes ao "Milagre".

O grande crescimento econômico ocorrido naquele período não proporcionou grandes taxas de inflação, tivemos inflação sim, no entanto, essa não ultrapassou aos 30% a.a., um fator muito importante pois conseguimos crescer com uma taxa relativa de inflação.

O "Milagre" não nos proporcionou apenas fatores positivos, tivemos também resultados negativos, pois durante o período houve uma elevação de nossa dívida, com destaque para a dívida externa, que passou de US\$3.372 milhões, em fins de 1967, para US\$12.571 milhões, no final de 1973 (Tabela 15), lembrando que para alguns economistas essa dívida seria necessária pois somente a poupança interna não proporcionaria o crescimento. Entretanto, convém colocar que a elevação dessa dívida não se deve as transações comerciais, pois foram os empréstimos em moeda, que no período do "Milagre" representou 75% do crescimento total da dívida.

Um outro fator negativo resultante das políticas econômicas do "Milagre", foi o aspecto social, pois houve uma grande concentração de renda, onde a participação na receita nacional de 40% dos que pertenciam aos grupos de renda mais baixo reduziu-se de 11,2%, em 1960, para 9%, em 1970, enquanto os 5% pertencentes aos grupos de renda mais alta elevaram sua fatia de 27,4%, em 1960, para 36,3%, em 1970 (Tabela 19), apesar dos pobres não terem ficado mais pobre, esses não conseguiram aumentar sua renda na mesma proporção dos grupos "mais ricos".

Por outro lado, a distribuição de renda via política pública, também não ocorreu, pois ao citarmos por exemplo o ano de 1973, ano de maior crescimento do PIB (14% a.a.), o governo destinou respectivamente para a educação e saúde apenas 5,21% e 1,09% do orçamento total, contribuindo assim para o agravamento do analfabetismo e dos problemas da saúde.

Contudo podemos dizer que as políticas econômicas do "Milagre" apesar de terem contribuído para a formação de nosso capital fixo, para o aumento e melhora de nossa infraestrutura, para a industrialização do país, não conseguiu reduzir os problemas sociais e isso nos leva a um questionamento: como crescer com desenvolvimento? Logicamente que essa resposta envolve questões mais profundas para análise. Dentre elas podemos citar: a forma de inserção da economia brasileira no desenvolvimento do capitalismo mundial; e os novos desafios inerentes ao modelo neoliberal e imposto aos países "emergentes"

(periféricos/subdesenvolvidos), dentre eles o Brasil. Dentre os novos desafios encontram-se as questões ligadas abertura dos mercados e a competitividade; formação de blocos econômicos, desregulamento do mercado financeiro internacional, tamanho do Estado, flexibilização ou precarização das leis de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Marcelo de Paiva *et al.* **A Ordem do Progresso. Cem anos de Política Econômica 1889/1989.** Ed. Campus, 7ª ed., Rio de Janeiro, 1990.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).** Ed. Vozes, 2ª ed., Petrópolis, 1984.
- BAER, Werner. **A Economia Brasileira.** Gráfica e Ed. FCA, São Paulo, 1996.
- BRUM, Argemiro Jacob. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro.** Ed. Vozes, 9ª ed., Rio de Janeiro, 1990.
- CARDOSO, Eliana A. **Economia Brasileira ao Alcance de Todos.** Ed. Brasiliense, 4ª ed., São Paulo, 1993.
- CASTRO, Inez Silvia Batista. **Uma Análise da Distribuição de Renda no Período do Crescimento (1968-73).** Faculdade de Economia Administração, Atuária e Contabilidade da UFC (Monografia, Bacharelado em Economia). Fortaleza, 1992, 62 p.
- CORDEIRO, Otilia Maria Nobre. **O Milagre Econômico Brasileiro (1968-1973).** Faculdade de Economia Administração, Atuária e Contabilidade da UFC (Monografia, Bacharelado em Economia). Fortaleza, 1994, 49 p.
- CUNHA, Wiliam Pereira da. **Inflação e Balanço de Pagamentos no Brasil: Uma Visão Monetária (1968/1982).** Universidade Federal do Ceará (Dissertação de Mestrado em Economia). Fortaleza, 1986, 93 p.
- DIEESE. Estudos Sócio-Econômicos: Dez anos de política salarial, n. 3, 1975, 110 p.
- FURTADO, Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira.** Ed. Livros Técnicos e Científicos, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1981.
- GOLDENSTEIN, Sérgio. **A Dívida Externa Brasileira (1964-1982) Evolução e Crise.** Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1986.
- GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JR, Rudinei. **Formação Econômica do Brasil.** Ed. Atlas, São Paulo, 1997.
- IANNI, Octávio. **Estudo e Planejamento Econômico no Brasil.** Ed. Civilização Brasileira S.A., 5ª ed., Rio de Janeiro, 1991.
- LACERDA, Antônio Correa de *et al.* **Economia Brasileira.** Ed. Saraiva, São Paulo, 2000.
- LORENZO, Fernández O. S. **A Evolução da Economia Brasileira.** Jorge Zahar Editor Ltda., Rio de Janeiro, 1976.
- MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira.** Ed. Vozes, 7ª ed., Rio de Janeiro, 1992.

MENEZES, Adriano Sanquis Bezerra de. **Os impactos da Política Fiscal sobre as finanças dos Estados e Capitais do Nordeste no período de 1970-89.** Faculdade de Economia/UFC (Dissertação de Mestrado em Economia). Fortaleza, 1992, 228 p.

PRADO, Marcelo Matoso. **A Evolução do Endividamento Externo e Interno no Brasil, durante o Regime Militar.** Faculdade de Economia Administração, Atuária e Contabilidade da UFC (Monografia, Bacharelado em Economia). Fortaleza, 1998, 104 p.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia: Os Economistas.** Ed. Abril Cultural. São Paulo, 1985.

SILVA, José Renato Leite Pereira da. **Balanço de Pagamentos e Taxa de Câmbio no Brasil (1961-1982): Uma Visão Monetária.** Universidade Federal do Ceará (Dissertação de Mestrado em Economia). Fortaleza, 1985, 79 p.

SINGER, Paul. **A crise do Milagre - Interpretação Crítica da Economia Brasileira.** Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, J. Carlos de. **O Grande Salto para o Caos - A Economia Política e a Política Econômica do Regime Autoritário.** Jorge Zahar Editor Ltda., Rio de Janeiro, 1985.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea.** Ed. Atlas, 3ª ed., São Paulo, 1999.